

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, EDUCAÇÃO E MERCADO  
DE TRABALHO**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para a obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 - Monografia

Por **SÉRGIO DOS SANTOS SOUZA**

Orientador: Prof. Gilberto Montibeller Filho

Área de Pesquisa: Desenvolvimento Econômico

Palavras-chaves:

1. Desenvolvimento
2. Educação
3. Mercado de Trabalho

Florianópolis, novembro de 1999

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 8,5 ao aluno **SÉRGIO DOS SANTOS SOUZA** na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Presidente:

  
\_\_\_\_\_  
Prof. GILBERTO MONTIBELLER FILHO

Membro:

  
\_\_\_\_\_  
Prof. JOÃO BATISTA DE MEDEIROS

Membro:

\_\_\_\_\_  
Prof. PAULO DA CRUZ CORREIA

## AGRADECIMENTOS

*A Deus, por tudo que sou e pela força concedida a minha pessoa para que  
pudesse com sacrifício passar por mais um estágio de minha vida;*

*Ao Senhor José de Souza e Senhora Almerinda dos Santos Souza,  
meus pais, grandes amigos e incentivadores desde sempre;*

*Aos meus irmãos, pelo apoio dado;*

*À Cristiane Klug, minha esposa companheira de todas as horas;*

*Ao meu filho André Luiz dos Santos Souza, que Deus abençoe e que tenha  
compreendido a pouca atenção dedicado a ele durante esse período de estudo;*

*Ao Professor Gilberto Montibeller Filho, pela orientação segura que recebi;*

*Aos companheiros de trabalho, pela compreensão e pelo companheirismo;*

*A todos que contribuíram direta ou indiretamente com esta etapa da minha vida.*

*Ofereço essa obra em memória a:*

*Lorival Silveira dos Santos, tio e amigo: "saudades".*

## **RESUMO**

Souza, Sérgio dos Santos, **Desenvolvimento, Educação e Mercado de Trabalho.**

Florianópolis, 1999. 130 p. Graduação em Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina.

**ORIENTADOR:** Prof. Gilberto Montibeller Filho

**DEFESA:** dezembro de 1999

O presente trabalho tem como objetivo, elaborar, ainda que sucintamente, uma análise do sistema educacional baseado na qualificação técnica na formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho.

Procura-se na educação o entendimento em prol do desenvolvimento da economia e da tecnologia na indústria moderna, que demanda mão-de-obra qualificada, o que ampliou a área do ensino secundário profissionalizante na linha do aperfeiçoamento técnico do trabalhador e na criação de maior número de pessoas aptas à colaboração na economia.

Busca-se com o investimento na educação profissionalizante a forma de torná-la útil à grande massa semi-marginalizada da população colaborando na inserção efetiva destes no processo de modernização pretendido para a economia e para o próprio país.

No desenvolvimento capitalista, buscam-se as peculiaridades impostas no mercado de trabalho. A educação profissionalizante, neste processo, cresce segundo os interesses da acumulação capitalista, obedecendo ao mercado de trabalho. Neste sentido, procura-se examinar numa visão geral os cursos ofertados pela ETF-SC.

## SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS .....	viii
------------------------	------

### CAPÍTULO I

1 – O problema	
I.1 Introdução .....	09
I.2 Objetivos	
I.2.1 Objetivo geral.....	12
I.2.2 Objetivo específicos.....	12
I.3 Metodologia .....	13

### CAPÍTULO II

Política econômica brasileira e economia setorial catarinense	
2.1 – Desenvolvimento econômico .....	15
2.2 – Desenvolvimento econômico no Brasil ( uma síntese ) .....	19
2.2.1 – O Brasil nos anos 80 .....	27
2.2.2 – Os doze planos de estabilização econômica e suas principais características.....	35
2.2.3 – O Brasil dos anos 90 .....	39
2.2.4 – O Plano Real I .....	41
2.2.5 – O Plano Real II .....	44
2.3 - Economia setorial catarinense .....	45
2.3.1 – A indústria do carvão .....	46
2.3.2 – A indústria cerâmica .....	48
2.3.3 – A indústria têxtil .....	49
2.3.4 – A indústria metal mecânica .....	49
2.3.5 – A indústria de mobiliário .....	50
2.3.6 – A indústria de plásticos .....	50
2.3.7 – A indústria de papelão .....	51
2.3.8 – A indústria de alimentação .....	51
2.4 – MERCOSUL.....	51

## CAPÍTULO III

### Educação e capacitação para o mercado de trabalho

3.1 – Educação numa visão socio-política e econômica .....	55
3.2 – A educação no Brasil .....	56
3.3 – A educação permanente .....	58
3.4 – Escolas da educação .....	60
3.4.1 – O Estruturalismo .....	60
3.4.2 – O Funcionalismo .....	61
3.4.3 – O Estrutural – Funcional na educação .....	61
3.4.4 – Capital humano .....	63
3.4.5 – A teoria crítica da Escola de Frankfurt .....	65
3.4.6 – A pedagogia radical .....	65
3.4.7 – As críticas brasileiras .....	66
3.5 – O ensino de segundo grau profissionalizante em Santa Catarina .....	68

## CAPÍTULO IV

### Mercado de trabalho

4.1 – O mercado brasileiro ( uma síntese ) .....	71
4.2 – O Estado e o mercado de trabalho brasileiro .....	72
4.3 – Composição da ocupação setorial do emprego.....	73
4.4 – Os avanços tecnológicos e o desemprego estrutural .....	74
4.5 – Os modelos de flexibilidade .....	75
4.6 – Flexibilidade do mercado de trabalho .....	76
4.7 – Flexibilidade do emprego e mercado de trabalho .....	77
4.8 – Desemprego no mercado de trabalho .....	79
4.9 – Mercado de trabalho informal .....	80
4.10 – A Reação Contra o Modelo Típico de Relação de Trabalho .....	82
4.11 – O mercado de trabalho catarinense .....	83
4.12 – Emprego e desemprego em Santa Catarina .....	85
4.13 – Turismo.....	89
4.14 – O Turismo em Santa Catarina .....	89

**CAPÍTULO V**

Qualificação técnica da mão-de-obra e o mercado de trabalho

5.1- Escola Técnica Federal de Santa Catarina.....	92
5.2 – A década de 40 .....	93
5.3 – O trabalho das oficinas .....	94
5.4 – O internato .....	95
5.5 – Características marcantes dos alunos da escola .....	96
5.6 – Os cursos técnicos .....	97
5.7 – Os cursos técnicos oferecidos pela ETF-SC neste final de milênio .....	101

**CAPÍTULO VI**

**CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**

6.1 – Conclusão .....	110
6.2 - Recomendações .....	111

**BIBLIOGRAFIA .....** 112

**ANEXOS**

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 01 - Crescimento no PNB .....</b>	<b>23</b>
<b>TABELA 02 - Produção industrial por setores: taxas médias anuais de crescimento – 1949 a 1980 .....</b>	<b>25</b>
<b>TABELA 03 - Variáveis macroeconômicas internas - 1979 a 1990 .....</b>	<b>30</b>
<b>TABELA 04 - Crescimento, poupança e investimento (% do PIB)- 1970 a 1990</b>	<b>34</b>
<b>TABELA 05 - Dívida externa bruta/reservas internacionais – US\$ milhões ....</b>	<b>42</b>
<b>TABELA 06 - Balança comercial 1989/97 – US\$ milhões .....</b>	<b>43</b>
<b>TABELA 07 - Exportação para os países do MERCOSUL, por principais Produtos - 1993 a 1995 .....</b>	<b>53</b>
<b>TABELA 08 - Brasil: comportamento macroeconômico -1974 a 1992 .....</b>	<b>72</b>
<b>TABELA 09 - Composição da ocupação por setor de atividade – 1991 a 1995 ..</b>	<b>73</b>
<b>TABELA 10 - Brasil: taxa de desemprego aberto .....</b>	<b>78</b>
<b>TABELA 11 - Composição da ocupação por posição - 1991 a 1995.....</b>	<b>81</b>
<b>TABELA 12 - Variação setorial do PIB catarinense - 1990 a 1995 (%) .....</b>	<b>84</b>
<b>TABELA 13 - Santa Catarina – pessoal ocupado em empresas selecionadas .....</b>	<b>86</b>
<b>TABELA 14 - Santa Catarina – movimento estimado de turistas.....</b>	<b>90</b>
<b>TABELA 15 - Histórico dos cursos oferecidos pela ETF-SC .....</b>	<b>100</b>
<b>TABELA 16 - ETF-SC - Relação candidato por vaga (1995-1999).....</b>	<b>103</b>
<b>TABELA 17 - ETF-SC – Distribuição das vagas oferecidas (1995-1999).....</b>	<b>104</b>
<b>TABELA 18 - Demanda por curso no período de 1996 a 1999 .....</b>	<b>105</b>
<b>TABELA 19 - Flutuação do emprego formal por setor econômico em SC .....</b>	<b>106</b>
<b>TABELA 20 - Setor dominante na economia e cursos ofertados pela ETF-SC nas décadas de 1910 a 1999 .....</b>	<b>107</b>
<b>TABELA 21 – Demanda por mão-de-obra qualificada .....</b>	<b>109</b>



## **CAPÍTULO I**

### **O PROBLEMA**

#### **1.1 Introdução**

O Brasil constitui uma espécie de paradigma de país de industrialização retardatária onde o crescimento econômico e a diferenciação das forças produtivas têm apresentado uma extraordinária vitalidade. Esse desempenho estende-se desde os anos 30 e se acentua particularmente a partir da Segunda Guerra Mundial, quando a indústria manufatureira consolidou seu papel de eixo dinâmico da economia.

A nova configuração política internacional, mais especialmente no nível econômico-social e de divisão internacional de trabalho, teve como base de apoio os planos de desenvolvimento econômico implantados no mundo inteiro. Um desses planos implantado no continente latino-americano era conhecido como Estruturalismo Cepalino, e foi elaborado pela CEPAL ( Comissão Econômica Para a América Latina ).

O Estruturalismo Cepalino foi produto de uma era de esperança e otimismo pelo fluxo da social-democracia e do ideal de construção de “Estados de Bem-Estar”, bem como da generalizada aceitação da idéia de planejamento e de certo nível de regulação estatal.

O Brasil, com seus sistemas produtivos, alcançou o auge do processo de industrialização substitutiva de importações. As corporações multinacionais estruturaram o setor agrário exportador e o setor extrativo mineral, ambos controlados por capital estatal e multinacional. O setor industrial, o mais dinâmico e estratégico e o setor financeiro receberam grandes investimentos provenientes de capital multinacional. Este cenário integra o subsistema nacional diretamente ao sistema capitalista internacional.

O papel do Estado brasileiro após 64 é o de administrar, negociar e coordenar a internacionalização do subsistema nacional e proporcionar iniciativas desenvolvimentistas através de planos e projetos .

Na década de 70, a substituição de importações cede lugar ao capitalismo financeiro, fortalecido pela influência de crédito externo, mudando completamente as normas ditadas pela estrutura Cepalina, que era um modelo de crescimento baseado numa proposta de capitalismo industrial nacional voltado para o mercado interno dando lugar a uma economia exportadora de base industrial dirigida ao mercado externo. Como consequência, agravaram-se cada vez mais as discordâncias sociais existentes na época.

A crise se instalou ao mesmo tempo em que foram se esclarecendo as características da nova ordem econômica internacional, bem como a nova onda de renovação tecnológica apoiada sobre a microeletrônica e suas consequências no plano social e no político.

Segundo Paiva (1993), o conceito de desenvolvimento vem se atrelando cada vez mais na produção e acumulação de conhecimento, sendo estes caracterizados como força motriz do desenvolvimento dando origem a uma nova “economia da educação”, que embora muitas vezes trabalhe com o conceito de “capital humano”, pouco tem em comum com aquela que dominou a cena nas décadas de 1950 e 1960.

No Brasil, a louvável democratização do ensino, fator preponderante para um país que está em busca de desenvolvimento, não foi acompanhada por investimentos que sustentassem a manutenção de um bom nível de qualidade nas escolas públicas do país. Em tempos de crise, educação de qualidade é um produto que exige pesados investimentos em mão-de-obra qualificada e equipamentos, no qual se obtém recursos a médio e longo prazo.

Perspectivas objetivas sobre o meio produtivo são fatores fundamentais para que as escolas não sejam geradoras de uma grande massa de reserva, muitas vezes não foram visualizadas num horizonte próximo das perspectivas de empregabilidade. Porém, é preciso, mais uma vez, contextualizar esta problemática tendo em vista as dificuldades do

país com relação à sua economia e ainda à falta de comprometimento do empresariado, em geral com os programas educacionais.

O Estado para crescer economicamente precisa desenvolver uma política de atuação conjunta e planejada entre escola e mercado de trabalho, pois estamos chegando ao fim do século com um grande problema mundial - o aumento no índice de desemprego. Este tema é um dos mais discutidos na atualidade pelos grandes economistas.

Antes o trabalho era visto como homogêneo e estático, tendo o capital como fonte de progresso. Hoje, o dinamismo econômico está cada vez mais no conhecimento, nas habilidades e na experiência dos trabalhadores, e não no capital físico ou nas empresas. A evolução da taxa de participação que mede a proporção da população que está efetivamente ofertando seu trabalho na economia reflete a atratividade do mercado em relação a outras alternativas. Por exemplo: o jovem pode preferir ficar mais tempo na escola se preparando ao invés de entrar no mercado mais cedo. O mercado cada vez mais exigente exige mão-de-obra especializada, de bom nível e os jovens devem estar bem mais preparados e atentos para enfrentá-lo, pois na nova economia o referencial para medir salários é baseado no nível educacional de cada pessoa.

Pode-se hoje afirmar que um elevado patamar de educação e de conhecimento real, passível de utilização concreta, é condição para o funcionamento adequado das sociedades modernas contemporâneas. Não se trata de conhecimentos específicos, por mais que estes sejam importantes especialmente em sociedades nas quais os serviços são especialmente caros e devem ser realizados em parte pelos próprios interessados, mas de qualificações gerais que permitam a utilização da informação adequada, compreensão de instruções para uso de máquinas complexas, ou de produtos diversos no cotidiano.

Este final de século está marcado pela emergência de um novo padrão tecnológico que impulsiona uma “terceira revolução industrial”, pelo peso crescente do capital financeiro que mobiliza diariamente cerca de US\$ 1,5 trilhão no sistema interligado do mercado de capitais e pela centralização cada vez maior do avanço tecnológico e do comércio internacional nas grandes empresas transnacionais, as quais concentram 2/3 do comércio mundial.

A globalização é uma etapa superior do processo de internacionalização da economia que subordina os destinos dos povos e nações ao interesse das grandes empresas e bancos da economia transnacionalizada, concentrando cada vez mais poder nas grandes potências industrializadas.

No Brasil, os problemas de infra-estrutura econômica estão longe de ser solucionados e as privatizações aumentam os lucros para os novos proprietários, mas não significam necessariamente um novo patamar de investimentos privados. O atraso da educação continua sendo o mais grave problema estrutural do desenvolvimento e não teremos competitividade em um país que está cortando recursos para educação de uma população que possui média de escolarização formal de apenas 3,8 anos, ( Folha de São Paulo, 06 de abril, 1997)

O governo brasileiro, ao modificar o processo de desenvolvimento econômico vinculado à importação de bens de produção passando para importação de bens de capital, submeteu a economia e o ensino brasileiro a um processo de dependência externa extremamente técnico e econômico. Cabe ao Estado reestruturar e investir maciçamente na educação para que num futuro próximo possa suprir esta dependência e retomar o rumo do desenvolvimento econômico.

## **1.2 Objetivos**

### **1.2.1. Objetivo geral**

O presente trabalho tem por objetivo elaborar um estudo sobre o desenvolvimento econômico, educação e o mercado de trabalho.

### **1.2.2. Objetivo específicos**

- Verificar o papel da educação no desenvolvimento econômico brasileiro.
- Relacionar o comportamento da educação com o mercado de trabalho.
- Identificar as tendências e as adaptações do mercado de trabalho frente à globalização.
- Analisar num caso isolado o desempenho da ETF-SC perante o mercado de trabalho.

### **1.3 Metodologia**

O presente trabalho visa compreender e analisar as relações existentes entre o desenvolvimento da educação e o mercado de trabalho.

No contexto atual de globalização capitalista, o conhecimento, ligado à produtividade, interage cada vez mais para o processo de desenvolvimento. Por isso há a necessidade de tratar primeiramente do conceito de desenvolvimento brasileiro na visão de alguns teóricos, entre eles, Celso Furtado.

No mundo com excesso de titulação estamos diante de um novo paradigma, no qual o conceito de conhecimento real é o mais utilizado na sociedade, deixando de lado os diplomas. O tema “Educação e Conhecimento” será discutido neste trabalho com o enfoque voltado para o mercado de trabalho.

Serão utilizados basicamente como fonte de pesquisa artigos recentes sobre a educação e os livros de João Augusto de Souza Leão de Almeida Bastos, que trata de formação profissional e impacto tecnológico e Henrique Vanildo Paiva, com a obra intitulada “Educação Permanente e Capitalismo Tardio” e outros autores que questionam o tema educação.

Para o tema “Mercado de Trabalho”, o livro de Reinaldo Pereira e Silva: “O Mercado de Trabalho Humano”, servirá como base de estudos. Outra obra é a do autor, Idaulo José Cunha, que no caso específico, voltado para o Estado de Santa Catarina.

Este estudo procura abordar as transformações no mercado de trabalho, os avanços tecnológicos e o desemprego estrutural e as flexibilidade nas novas formas de contratação de mão-de-obra. Procura também abordar a participação da educação, no caso a ETF-SC, no mercado de trabalho catarinense, nos setores em que a escola oferece formação técnica. Dados estatísticos serão levantados para análise e formulação do estudo.

Portanto, o trabalho consiste em um levantamento teórico sobre desenvolvimento, educação e mercado de trabalho e por fim uma análise referente à formação técnica fornecida pela ETF-SC.

## **CAPÍTULO II**

### **POLÍTICA ECONÔMICA BRASILEIRA E ECONOMIA SETORIAL CATARINENSE**

**Aspectos conceituais: desenvolvimento e mercado de trabalho.**

#### **2.1 - Desenvolvimento Econômico**

##### **Conceitos**

A teoria do desenvolvimento econômico segundo Celso Furtado (1966), explica, numa perspectiva macroeconômica, as causas e o mecanismo do aumento persistente da produtividade do fator trabalho e suas repercussões na organização da produção e na forma como se distribui e utiliza o produto social. Implica em dois planos. No primeiro, predominam as formulações abstratas e compreende a análise do mecanismo do processo de crescimento, o que exige construção de modelos ou esquemas simplificados dos sistemas econômicos existentes baseados em relações estáveis entre variáveis quantificáveis e consideradas essenciais; No segundo, o plano histórico, que abrange o estudo crítico em confronto com uma realidade dada das categorias básicas definidas pela análise abstrata e que cria e explica seu funcionamento.

Shumpeter (1982) denomina a inovação o “fenômeno fundamental” da vida econômica capitalista, que dá lugar ao processo de desenvolvimento, progresso ou evolução econômica. Não se trata de considerar fatores históricos, mas explicar teoricamente a forma pela qual o fluxo circular é sistematicamente rompido pela ativação da capacidade de transformação inerente à máquina capitalista, dando ensejo à expansão econômica e ao próprio ciclo econômico. O processo de destruição criadora é fato essencial a respeito do capitalismo. Shumpeter afirma que está na inovação o alicerce do desenvolvimento econômico, e que é o empresário inovador que alavanca o desenvolvimento econômico.

Celso Furtado (1980) afirma que o homem sempre procura suprir suas necessidades de consumo sendo elas de subsistência ou apenas para obter algo mais. O homem é um consumidor insaciável, e isto o conduz a fixar objetivos e a adequar meios para atingí-los com uma certa disciplina e comportamento racional. Comportamento racional corresponde, portanto, a comportamento eficiente, e maior eficiência significa progresso técnico. O progresso técnico é fruto da criatividade humana, da faculdade do homem para inovar. Portanto, é essa faculdade que possibilita o avanço da racionalidade no comportamento que cria o desenvolvimento.

A idéia de desenvolvimento se liga intimamente à de eficiência, de maior racionalidade no comportamento humano, sendo a técnica um simples complemento dos meios naturais de que dispõe o homem para agir. O avanço das técnicas era visto como um remédio paliativo para a escassez de um fator de produção. A este conjunto de técnicas os economistas chamaram de progresso técnico.

“Progresso técnico é uma expressão que cobre todo o conjunto das transformações sociais que tornam possível a persistência do processo de acumulação, por conseguinte a reprodução da sociedade capitalista” (Furtado, 1980; p.07).

Para Hagen (1971), a teoria do desenvolvimento precisa analisar os recursos da ação de forças que causam desequilíbrio e que continuam indefinidamente a contrariar as tendências do sistema para o equilíbrio. E também é preciso reconhecer que a mudança técnica continuada está sempre causando alterações não apenas nas magnitudes econômicas, mas nos relacionamentos funcionais entre os elementos que variam. É esta a consideração que solicita a teoria de desenvolvimento na consideração de balanceamento versus concentração ou as causas do desenvolvimento econômico, abandonando o rigor dos modelos econômicos e voltando-se para a história econômica, sociologia, teoria da personalidade. Por último, a teoria do desenvolvimento deve reconhecer que os limites da aptidão técnica determinam os limites para a rapidez com que alguma escola econômica pode ser realizadas.



Pereira (1985) analisa o desenvolvimento como sendo “um processo de transformação econômica, política e social, através do qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo”. Trata-se de constantes mudanças ocorridas nas estruturas econômicas, políticas e sociais de um país. Na visão de Bresser não existe “desenvolvimento parcelado, setorializado” mas sim um conjunto de variáveis que atuam como um “sistema” no qual, quando alguma relação sofre alterações, as outras recebem influência dessas alterações. O desenvolvimento é um processo de transformação global. Seu resultado mais importante é o crescimento do padrão de vida da população. A melhoria dos padrões de vida, o aumento do bem-estar, é um parâmetro utilizado universalmente como forma de identificar o desenvolvimento de um país. Por outro lado, embora a renda per capita seja uma medida do padrão de vida, é uma medida muito deficiente. Muitas vezes a renda per capita de um país cresce sem que haja um aumento no padrão de vida, a não ser para uma parcela mínima de privilegiados dentro da população. Quando isto acontece, é provável que não haja transformações políticas e sociais e o crescimento da renda terá sido aleatório e instável. Portanto, não se pode falar em desenvolvimento econômico.

Segundo Pereira (1985), para que realmente ocorra desenvolvimento, a melhoria do padrão de vida da população deverá ser automática, autônoma e necessária. Isto é, quando um país atinge um estágio capitalista mais avançado, já de caráter industrial, o desenvolvimento tende a ser não só automático mas necessário, na medida em que o reinvestimento e o crescimento das empresas torna-se condição de sobrevivência das mesmas. A tendência à autonomia do crescimento da renda, que geralmente caracteriza o desenvolvimento econômico, ocorre porque, uma vez iniciado, o desenvolvimento tende não só a gerar-se a si mesmo de forma necessária, mas também a encontrar dentro de suas próprias fronteiras, especialmente em seu mercado interno, seus próprios fatores dinâmicos.

Portanto, as transformações devem ser ao mesmo tempo econômicas, políticas e sociais, tendo como o resultado mais direto o aumento do padrão de vida da população. Este aumento é automático, autônomo e necessário, ou seja, auto-sustentado.

Delfim Netto (1966) mostrou que a realização do desenvolvimento econômico depende da combinação de situações favoráveis em algumas variáveis econômicas fundamentais e que não existe nenhuma razão para pensar que se trata de um fenômeno automático, ao qual chegariam cedo ou tarde, todas as coletividades. A realização do desenvolvimento econômico depende, portanto, de uma tomada de consciência nacional diante de uma necessidade e da conjugação dos esforços da coletividade para atingi-lo.

Esta tomada de consciência é, entretanto, apenas o primeiro passo no desenvolvimento, pois se trata de um fenômeno extremamente complexo destinado a modificar toda a estrutura da sociedade. É preciso, além disso, que a coletividade seja capaz de dirigir de forma adequada os seus fatores de produção a fim de conseguir uma taxa de desenvolvimento razoável, sem produzir um sério desequilíbrio monetário ou do balanço de pagamento. O primeiro levará à desorganização social e o segundo à submissão da soberania nacional a interesse de estrangeiros. E que também, levando em conta as potencialidades efetivas de uma economia subdesenvolvida, deve-se contar com as possibilidades de modificações do coeficientes produto/capital, por efeito de uma simples melhoria das técnicas organizacionais. Além disso, o processo de desenvolvimento deve levar em conta que sem reduzir o nível absoluto do consumo per-capita é possível ir aumentando progressivamente o excedente econômico destinado ao reinvestimento produtivo. A realização de tal objetivo dentro de uma economia de mercado cria alguns problemas porque a perspectiva do empresário é reduzida a curto prazo e o nível de consumo não se encontra na mesma expansão registrada pelo produto.

“A ausência de uma política tributária adequada, deve-se esperar a manifestação de que as indicações sejam no sentido de que tal processo seria pouco intenso, é preciso considerar que a inflação atingira muito desigualmente as várias classes sociais. É, portanto, improvável que não haja reação destinada a conduzir a economia ao equilíbrio original, o que deveria provocar uma aceleração do processo inflacionário” ( Delfim Netto, 1966; p. 46).

Em relação ao desequilíbrio do balanço de pagamentos, não existe garantia de que, em qualquer circunstância, não existam problemas graves. A análise do problema revela, entretanto, que a não ser no caso externo em que os valores mínimos dos

coeficientes de importação sejam incompatíveis com a manutenção da taxa mínima de desenvolvimento atingível com as disponibilidades internas de fatores, o problema é superável. De qualquer maneira, parece que se o setor de exportação for suficientemente dinâmico para atingir uma taxa de expansão anual relativamente pequena ( menos que 5% ), problema insuperáveis não devem decorrer de setor externo.

Devido exatamente à necessidade de atendimento de todas essas condições e às contradições entre os critérios de racionalidade de curto prazo, no que se refere aos investimentos, é que o planejamento se apresenta como o instrumento adequado para a consecução do desenvolvimento econômico.

O desenvolvimento econômico está atrelado ao comportamento dos mercados de trabalho. Ele afeta o volume de empregos e de aumento da produtividade, o grau de conflito entre agentes, o montante de investimentos em treinamento e qualificação na força de trabalho e muitas outras variáveis importantes que, juntas, determinam o desempenho econômico de um país ou de uma região.

## **2.2 Desenvolvimento econômico no Brasil ( uma síntese )**

Pereira (1985) coloca que não houve desenvolvimento no Brasil na época do ciclo da cana e do ouro mas sim um aumento de riqueza, o qual, todavia, beneficiou em regra a apenas uma elite dominadora. Não ocorreram transformações políticas, sociais e consequentemente a estrutura social ou o sistema de poder daquelas regiões não mudou. Faltaram a estes aumentos de riqueza um caráter automático, autônomo e necessário. Não houve, portanto, desenvolvimento, o que houve foi uma mudança na cultura tradicional havendo um crescimento econômico que instabeleceu as bases para o posterior desenvolvimento.

O ano 30 marca o início da Revolução Nacional Brasileira. O Brasil até então era um país tipicamente “semicolonial” e demora a entender o processo de industrialização que se inicia com grandes proporções e velocidades. Todos os campos são

atingidos: o econômico, o cultural, o social e o político. “A nação inteira sofre um abalo profundo, cuja marca essencial é a crise violenta que se abate sobre o café e, portanto, sobre todo o comércio exterior”. Mudou-se toda uma cultura de transações; o mercado que na época só tinha olhos para as exportações, a partir desse momento passa a contar só com o mercado interno. O mercado externo apresentou profundas modificações, especialmente no campo das importações. Como país semicolonial, produtos primários eram exportados em troca de produtos manufaturados. Com a implantação do processo de industrialização o país não precisou mais importar produtos manufaturados de consumo, diminuindo a dependência que o Brasil tinha com relação às exportações. A ótica de produção mudou, pois era voltada para exportação a preços extremamente baixos em relação aos de importação, e passou a produzir para o consumo do mercado interno. O país deixou de ser agrário. Além da agricultura e do comércio, dois novos setores produtivos de renda passam a figurar com importância crescente; a indústria e o Estado.

A partir dos anos 30 o Brasil passa a ter maior diversificação na sociedade. Antes desta data apresentavam-se essencialmente duas classes: a de dirigentes, dos senhores de terra, intimamente ligada ao alto comércio exportador de café e importador de produtos manufaturados, e totalmente dependente dos “estrangeiros”. a dominada, constituída por enorme subproletariado rural, vivendo em condições de extrema miséria. Outra classe que podemos destacar é a intermediária entre as duas acima citadas, a classe média, que se apoiava fundamentalmente no emprego público, já que o Estado funcionava como agenciador de empregos e gestor político. A diversificação veio com o surgimento da burguesia industrial e do proletariado urbano. A classe média, expandiu-se rapidamente, grande parte ainda ligada ao funcionalismo público e outra parte que começava a se interessar pela indústria que se instalava com grande rapidez nos centros urbanos, que permitiam um campo ideal de prosperidade e de trabalho.

Na década de 30 surgiram grandes conflitos políticos. De um lado, lutando pela volta de um antigo regime, a agricultura latifundiária e o alto comércio ligados ao café ou diretamente ao capitalismo internacional, a antiga classe dominante. Do outro lado, o governo, no qual, além de parte das referidas classes de oposição que aderiram para poder lutar por seus interesses em campos mais favoráveis. Além deste grupo havia a classe industrial, a classe proletária e uma nova classe média.

Na segunda metade da década de 50 o desenvolvimento industrial foi implantado com grande intensidade, baseado no “Plano de Metas”, onde eram explicitados 31 objetivos, dos quais eram prioridade: a energia, o transporte, a alimentação, a indústria de base e a **educação**, que eram os principais pontos de estrangulamento do desenvolvimento brasileiro. O objetivo era impulsionar a industrialização com base no modelo de substituição de importações, só que agora se tratava de substituir bens de capital e bens de consumo durável, como os veículos automotores. Um outro objetivo central no Planos de Metas foi a construção de Brasília, visando a realização de um antigo projeto: criar no Planalto Central um pólo dinâmico para permitir a ocupação efetiva do interior do país.

Neste período o petróleo era barato, por exemplo: a Alemanha fechava minas de carvão para usar óleo, o Plano de Metas fez a opção pelo transporte rodoviário. Previa-se, no Brasil, a construção de dez mil quilômetros de estradas de rodagem, mas chegou-se a vinte mil, enquanto as ferrovias tiveram crescimento reduzido, entrando numa fase de acentuado declínio. A produção de petróleo saltou de dois milhões de barris em 1955 para trinta milhões em 1960, mas o país continuaria numa dependência crescente do exterior. Em 1955, a produção de energia elétrica chegava a três milhões de Kw e em 1960 atingiu 4 milhões e 750 mil Kw. A produção de aço que era de 1 milhão e 150 mil toneladas chegou a 2 milhões e 500 mil toneladas em 1960. No setor de bens de consumo duráveis, foram instaladas inúmeras fábricas de automóveis e caminhões como a Mercedes Benz, Volkswagen, Willis Overland, General Motors e Ford.

Todo este avanço das forças produtivas resultou num aumento espetacular da penetração imperialista na economia brasileira. Em setores como a indústria automobilística, cigarros, eletricidade, material elétrico, produtos químicos e farmacêuticos, o domínio do capital estrangeiro passou a ser de 80 a 90%.

O crescimento econômico acelerado foi acompanhado pelo aumento das importações, de remessas de lucros, de pagamento de “royalties”, resultando no déficit da balança de pagamentos. Tais fatores contribuíram para o aumento da inflação que, ao final do governo, chegava a 25%. O processo inflacionário era também alimentado pelas despesas governamentais, aumentadas principalmente pela construção de Brasília.

As regiões sul e sudeste do país eram as que mais se destacavam, pois eram o centro dos investimentos. Já as regiões Norte e Nordeste obtiveram grandes problemas no desenvolvimento. Agravados pela grande seca que se abateu na região. Em 1959, o governo federal, na tentativa de resolver os problemas da região, criou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), à frente da qual foi colocado o economista Celso Furtado.

O Brasil no final da década de 50 estava passando por grandes dificuldades econômicas. A inflação e a alta do custo de vida resultaram em inúmeras greves. O crescimento da dívida externa preocupava os credores estrangeiros e levou o Fundo Monetário Internacional (FMI) a exigir do governo a adoção de uma política recessiva, com diminuição das emissões, para que o Brasil pudesse receber novos empréstimos. Em vários aspectos, o Brasil após 64 continuou um tipo de desenvolvimento capitalista dependente do capital estrangeiro e dos investimentos do Estado.

O processo de substituição de importações apresentava-se esgotado desde o início da década de 60 por causa das restrições do mercado. O objetivo das reformas defendidas pelo governo era o de aumentar a capacidade aquisitiva das classes populares, especialmente no campo, visando reativar o desenvolvimento industrial. Os governos militares, implantados depois de 1964, não realizaram reformas, mais conseguiram fazer crescer a economia através de uma política que acentuou a concentração da renda, a penetração do capital estrangeiro e a presença do Estado nas atividades econômicas. Depois de um período de intenso crescimento econômico, de 1967 a 1973, o chamado “Milagre Brasileiro”, a economia entrou na maior crise da sua história nos períodos de 1973 a 1981 (tabela 01).

Com a implantação de uma política monetarista o governo procurou modernizar o capitalismo no Brasil. Tais reformas resultaram em mudanças nos setores bancário, tributário, administrativo e trabalhista. Procurou-se aumentar a eficiência da administração em geral e da máquina tributária em particular. Para financiar o déficit público foram lançadas no mercado financeiro as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTNs). Visando incentivar a poupança, numa época de intensa inflação, foi criada a correção monetária. Na área trabalhista, em meio a intensos protestos, o governo

pôs fim à estabilidade por tempo de serviço, na qual o trabalhador com mais de dez anos de emprego só podia ser dispensado recebendo em dobro a indenização a que tinha direito. No lugar da estabilidade foi criado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), para o qual deveriam contribuir mensalmente patrões e empregados. Os recursos do Fundo constituíram a base das atividades do Banco Nacional de Habitação (BNH), destinado ao financiamento da construção civil, que se tornou um dos carros-chefes da economia.

**TABELA 01**

<b>CRESCIMENTO NO PNB (%)</b>	
<b>1967</b>	<b>4.8</b>
<b>1968</b>	<b>9.3</b>
<b>1969</b>	<b>9.0</b>
<b>1970</b>	<b>9.5</b>
<b>1971</b>	<b>11.3</b>
<b>1972</b>	<b>10.4</b>
<b>1973</b>	<b>11.4</b>
<b>1981</b>	<b>5.4</b>

FONTE: Campos, Raymundo Carlos Bandeira 1983. História do Brasil e Revista Conjuntura econômica/FGV

O processo de expansão iniciado em 1967 alcança seu auge em 1973. A partir de 1974 tem início um processo de desaceleração da economia entrando numa grande recessão no ano de 1981 ( tabela 01). Segundo Pereira, o país estava entrando num segundo ciclo industrial. Desde os anos 50 a economia brasileira alcançou suficiente densidade industrial para passar a ser palco dos grandes ciclos econômicos clássicos. A existência não apenas de uma completa indústria de bens de consumo, mas também de uma indústria de bens de capital e de insumos básicos permitiu que os ciclos econômicos de sobre e subacumulação de capital se tornassem endógenos, ligados à dinâmica interna do sistema capitalista brasileiro. Os ciclos econômicos, que se reproduziam no Brasil através da elevação ou queda dos preços dos produtos exportados e do valor das nossas exportações. Deixava, portanto, de ser ciclo primário-exportador, de caráter exógeno, e passava a ser resultado da dinâmica interna do sistema capitalista brasileiro. Mas ao mesmo tempo, o ciclo econômico interno continuava a refletir os movimentos cíclicos do

capitalismo internacional, com o qual a economia brasileira se tornou naturalmente e cada vez mais solidária.

“A expressão Milagre Brasileiro foi usada para designar uma fase em que o PNB cresceu a taxa das mais altas da história do mundo capitalista contemporâneo” ( Campos, 1983; p.242).

Pereira (1985), coloca que um problema preliminar à crise iniciada em 1974 é, naturalmente, definir se foram efetivamente um fenômeno cíclico. Segundo os economistas neoclássicos ou monetaristas, os quais acreditam que as economias capitalistas tendem a equilibrar-se automaticamente, não há por que falar em ciclos. Na verdade, para os economistas neoclássicos, é muito difícil formular uma teoria sobre os ciclos.

As crises podem ocorrer, mas só um fator de ordem exógena ao sistema econômico pode explicá-las. No caso brasileiro, esse fator exógeno foi facilmente encontrado no primeiro choque do petróleo ocorrido no segundo semestre de 1973. Esta regressão cíclica ocorrida entre 1967 e 1981 aconteceu como decorrência dos efeitos diretos do choque do petróleo e também devido ao “choque financeiro”, ou seja, o grande aumento de juros ocorrido a partir de 1979.

O crescimento realizou-se principalmente no setor industrial, mais precisamente no da construção civil e nos bens de consumo durável (automóveis e eletrodomésticos) para o consumo das classes média e alta (tabela 02).

O setor dos bens de capital também cresceu significativamente. Na agricultura e na pecuária foi expandida a produção destinada a exportação. Os bens de consumo para a maioria da população tiveram um crescimento reduzido ou negativo.



**TABELA 02****Produção Industrial por setores: taxas médias anuais de crescimento, 1949-1980**

Períodos	Bens de capital	Bens de consumo duráveis	Bens de consumo não duráveis	Bens intermediários	Total
1949-1955	11.0	17.1	6.7	11.8	8.8
1955-1962	27.0	24.0	6.6	12.1	11.3
1962-1967	-2.6	4.1	0.0	6.3	2.7
1967-1973	18.1	23.6	9.4	13.5	13.3
1973-1980	7.4	9.3	4.4	8.3	7.6

FONTE: Reichstul, HP. E Goldenstein, L.,1980, e dados da Revista Conjuntura Econômica/FGVG

Campos (1983) afirma que o crescimento rápido da indústria depois de 1967 teve como condição básica a utilização da capacidade ociosa do parque industrial, por causa da redução nas taxas de desenvolvimento desde o início dos anos 60. Outra causa foi o aumento das exportações – era fundamental exportar por causa do mercado interno restrito, bem como para obter divisas que pagassem as importações de máquinas, equipamentos e matérias-primas essenciais ao desenvolvimento. No final dos anos 50 o país havia atingido níveis admiráveis de desenvolvimento, mas os problemas da pobreza continuavam graves e o modelo econômico e político do populismo passou a apresentar sinais de crise com o aumento da inflação, o crescimento da dívida externa e a radicalização das lutas sociais e políticas.

A crise iniciou em 1974 e teve parte de suas origens na estreita dependência do Brasil em relação à economia norte-americana. No começo da década de 70, nos Estados Unidos, chegava ao fim um longo ciclo de expansão capitalista que iniciou no fim da Segunda Guerra Mundial. A economia ocidental passou a conviver com o fenômeno inédito da “estagflação”, ou seja, a coexistência da estagnação econômica com altas taxas de inflação. Um sintoma da crise foi a desvalorização do dólar, em 1971, que agravou o processo inflacionário e deteriorou as relações de troca, com grandes prejuízos para os países periféricos exportadores de matérias-primas e tradicionais tomadores de empréstimos. A situação agravou-se ainda mais a partir de 1973, com a chamada crise do petróleo, marcada pela repentina elevação dos preços do produto, manipulados pela OPEP e pelos grandes trustes petrolíferos.

Depois de 1973, os petrodólares, principalmente dos países árabes eram ofertados no mercado a juros flutuantes contribuindo para o aumento da dívida externa do Brasil. A partir de 1974, com o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (IIPND) foi elaborado um ambicioso programa de substituição de importações direcionado aos bens intermediários e de capital.

A estratégia protecionista de desenvolvimento não era a mais economicamente justificável, porque defendia os interesses dos setores industriais, que eram incapazes de competir internacionalmente, o que só foi possível nos anos 70, graças aos empréstimos externos, sendo esta uma estratégia altamente dispendiosa. Nos anos 80 a dívida externa iria lançar o Brasil em profunda crise fiscal, que iria paralisar e desorganizar o Estado, conduzindo a economia à estagflação e à hiperinflação .

A dívida externa do Brasil, em 1983, chegava a 90 milhões de dólares, depois de um crescimento acelerado que se iniciou em 1974. O aumento acelerado da dívida resultou em grande parte da conta- petróleo, especialmente depois do segundo “choque” de preços ocorrido em 1979. Mas, outros fatores foram também decisivos: empréstimo governamentais, remessas de lucros, pagamentos de royalties, fretes e seguros. Outro dado fundamental foi o próprio serviço da dívida ( amortizações e juros ) a partir dos aumentos das taxas de juros ditados pelos grandes bancos, muitos economistas afirmam que boa parte da dívida brasileira já estaria paga.

Entre 1974 e 1980 o crescimento econômico manteve-se a taxas elevadas, à custa do crescente endividamento externo que financiou uma série de grandes projetos de eficácia discutível como Itaipu, Angra, Ferrovia do Aço e Tucuruí. A opção do governo de manter o crescimento econômico casou-se com os esforços dos banqueiros internacionais, visando “empurrar” para o Brasil os petrodólares que abarrotavam os bancos europeus e norte-americanos. Além disso, com os empréstimos, o Brasil realizava importações que beneficiavam a economia dos países do primeiro mundo. A dívida foi feita principalmente com bancos privados, os quais cobram juros mais altos, variáveis de acordo com as taxas do mercado financeiro, reajustadas a cada seis meses.

O modelo brasileiro de desenvolvimento foi, de certo modo, uma criação da grande imprensa nacional e internacional, num período em que as elevadas taxas de crescimento econômico verificadas aqui contrastavam com a ocorrência de recessões e crises na balança de pagamentos em numerosos países capitalista desenvolvidos. O desempenho de nossa economia consagrou o modelo brasileiro como uma forma original de crescimento acelerado, em condições de inflação intensa, mas estável ou mesmo decrescente. A idéia do modelo é que o Brasil tinha encontrado um modo de escapar às vicissitudes das crises internacionais, mantendo ao mesmo tempo taxas inéditas de expansão do produto (Paul Singer, 1982).

### **2.2.1 O Brasil nos anos 80**

Dois problemas assolavam o Brasil na década de 80: a dívida externa que era muito grande e difícil de controlar, pois o Brasil gastava em torno de 90% da receita da exportação para pagamento do serviço da dívida e a inflação, que chegava a 160%, alimentada por múltiplos fatores: os déficits da balança de pagamentos, as desvalorizações do cruzeiro, os gastos governamentais, a especulação financeira agravada pela falta de investimento confiáveis. Aos poucos o país foi mergulhando na recessão que tem o desemprego como principal consequência.

Enquanto que a crise dos anos 30 foi uma crise Keynesiana, definida por uma crônica insuficiência de demanda, nos anos 80 e 90 o propulsor e protagonista da crise foi o Estado, um Estado soberano que cresceu demais e perdeu as rédeas do seu crescimento, um Estado que atendeu o apelo da iniciativa privada no passado, assumindo o papel de gestor do desenvolvimento. Nos anos 90 o Estado adota uma política orientada para a liberação comercial e a privatização. A política de privatizar a toda custa os gargalos de desenvolvimento para sanear a dívida é uma ação voltada para a redução da responsabilidade do Estado perante o rumo da economia em um Estado Mínimo. O Brasil estava transferindo para o setor privado na forma de privatizações o que foi dado a ele em tempo de crise aguda, mas só que com uma diferença: o Estado saneou as dívidas e está

entregando ao setor privado as empresas Estatais saneadas ficando para o Estado apenas o que é de maior dívida.

Em tempos de crise, aumenta o desejo de se prever o desenvolvimento da atividade econômica. O problema é especialmente importante para países que têm potencial para desenvolver atividades diversificadas, como é o caso do Brasil que, dispondo de extensão continental, recursos ociosos de mão-de-obra não qualificada, ou escassamente qualificada, sofre de carência crônica de capital. Portanto, é o caso de se discutir os possíveis modelos de desenvolvimento.

O sucesso das economias industrializadas desperta tendências de mimetização que talvez não se justifiquem a vista da mudança contínua do ambiente em que se dá a produção. Na década de 50, o governo, entendendo que o país deveria industrializar-se para proporcionar melhores condições de vida para o povo, lançou um programa de metas apoiado em um ambicioso programa de geração de energia elétrica. O modelo industrial fez crescer o PIB à taxa média de 5,4% ao ano, entre 1960 e 1990, mas produziu alguns resultados indesejados, como a concentração de renda, a urbanização além dos limites permitidos pela infra-estrutura de nossas cidades e a perda de qualidade de vários serviços públicos, como a **educação** e a saúde. Retomar o modelo exigiria a reavaliação do ambiente econômico mundial.

Se aceitarmos a premissa de Marx de que os modos de produção determinam a organização da sociedade, caberia investigar se os problemas sociais não estariam relacionados, de alguma forma, com o modelo de desenvolvimento industrial e exacerbados pelo desejo de inserção competitiva na economia global. Para tanto, falta capital e **educação técnica** (reconhecida como um modo de capitalização), enquanto sobram terras cultiváveis e pessoas desejosas de encontrar uma forma de sobreviver dignamente à custa do próprio trabalho. Discutir a viabilidade do modelo industrial é, portanto, uma questão central para a condução de nossa sociedade.

A história do desenvolvimento no Brasil foi marcada por grandes conflitos políticos e crises internas. No começo dos anos 60 o Brasil entrou em crise por causa do esgotamento do modelo de substituição de importações, originando o golpe de 64 que pôs

fim ao pacto populista do modelo de industrialização substitutivo de importações. Em termos de estratégia de desenvolvimento, porém, representou a retomada da mesma estratégia nacional-desenvolvimentista baseada na substituição de importações, isto é, no protecionismo. O exclusivo comando da direita e a substituição de importações apresentava agora um caráter internacionalista e não nacionalista; o protecionismo não era mais nacional, assumindo um caráter internacional na medida em que acreditava na boa vontade dos nossos parceiros internacionais e privilegiava o investimento e o financiamento vindos do exterior. Assumiu-se que os interesses comuns claramente superavam o conflito de interesses entre o Brasil e outros países.

Segundo Pereira (1996), o “Estado fora enfraquecido e imobilizado pela crise fiscal, que é o resultado do crescimento distorcido e desordenado do aparelho do Estado”. O objetivo da reforma estrutural não é atingir o Estado Mínimo, mas reduzi-lo e definir uma nova estratégia de desenvolvimento, consistente com as novas realidades econômicas internacionais, particularmente com a globalização e a redução da capacidade de intervenção do Estado. Um dos grandes problemas para se iniciar o desenvolvimento é resolver a crise fiscal.

A crise fiscal é um fenômeno estrutural e não um fenômeno de curto prazo, circunstancial. A estagnação e as altas taxas de inflação foram as principais características da economia brasileira nos anos 80. Um país que nos últimos cem anos se desenvolveu a taxas muito elevadas teve a sua trajetória de crescimento interrompida em 1981. Em 1988, a renda per capita era inferior à de 1980. Num primeiro momento, entre 1981 e 1983, a diminuição no ritmo de crescimento foi corretamente atribuída ao esforço de ajustamento imposto pela crise que parecia estar superada e o processo de ajuste parecia haver logrado sucesso. A partir de 1987, porém, a crise voltou a se manifestar. Em 1988 e 1990, o crescimento do PIB foi negativo; nos outros anos, foi muito pequeno (tabela 03).

**TABELA 03****Variáveis macroeconômicas internas (%) 1979-1990**

Ano	PIB	Investimento/PIB ( preços correntes)	Investimento/PIB ( preços constantes)	Produto Bruto/PIB ( preço correntes)
1979	7,2	22,0	22,9	18,9
1980	9,1	22,3	22,9	17,8
1981	-3,1	23,1	21,0	18,6
1982	1,1	21,1	19,5	15,3
1983	-2,8	16,7	16,9	13,3
1984	5,7	15,7	16,2	15,8
1985	8,4	19,2	16,7	19,1
1986	8,0	19,1	19,0	17,1
1987	2,9	22,3	18,3	21,8
1988	-1,0	22,8	17,0	24,1
1989	3,3	24,9	16,7	25,1
1990	-4,0	21,7	16,0	21,2

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

O Brasil dos anos 80 é muito diferente do Brasil dos anos 50, 60 e 70. O endividamento do Estado tornou-se muito alto. A dívida interna do Estado, incluindo as empresas estatais, representava 48,1% do PIB em 1985. O setor privado, por outro lado, estava capitalizando. Se considerarmos as 550 empresas analisadas na publicação “Melhores e Maiores” da revista Exame ( São Paulo, Editora Abril, setembro de 1986), a taxa de endividamento geral cai de 57,1% do total dos ativos em 1981 para 46,3% em 1985.

O crescimento da dívida externa pública foi, nos anos 70, consequência de uma estratégia de crescimento ( o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento- II PND) baseado no déficit público. O ajustamento interno ocorrido entre 1981 e 1983 foi acompanhado da estatização da dívida externa privada. No Brasil como em praticamente todos os países altamente endividados, o ajustamento foi também uma oportunidade para que as empresas privadas pagassem suas dívidas em moeda local, passando ao setor público a responsabilidade pela dívida externa. Este processo reduziu o déficit público mas

não o eliminou, pois o que aconteceu foi uma redução da poupança pública. Como consequência ocorreu diminuição nos investimentos públicos e redução dos salários (tabela 04).

No ano de 1985, através de um processo vitorioso de redemocratização, os setores progressistas, ou os setores supostamente progressista, pelo fato de terem sido opostos aos regime militar tentaram retornar as políticas populista e desenvolvimentista que tinham sido bem-sucedidas entre os anos de 30 e 40. A política econômica de 1985 e 1986, que culminou com o fracasso do Plano Cruzado, é um exemplo de política econômica populista. No caso do Plano Cruzado, um plano que estava baseado na inovadora teoria da inflação inercial, o populismo não fazia parte de sua concepção original mas foi resultante da forma desastrosa como foi administrado, na visão de Pereira (1996). Ainda, segundo Pereira uma política voltada para o populismo econômico pode ser caracterizado pelo seguintes pontos: “ (1) desenvolvimento orientado ao mercado interno; (2) proteção à indústria nacional como estratégia industrial básica; (3) desenvolvimento tecnológico como elemento complementar à política de substituição de importações; (4) o déficit público é justificável na medida em há desemprego e capacidade ociosa. Qualquer ajuste fiscal é identificado como uma política econômica “ortodoxa”, que , por definição, é condenável; (5) as altas taxas de juros são uma consequência de um complô dos bancos e da especulação; (6) aumentos de salários nominais não causam inflação porque são reajustados de forma defasada em relação à inflação; (7) o aumento nos salários real pode não ser inflacionário e sim distributivo, sendo compensado pela redução dos lucros, em uma economia com elevada concentração de renda; (8) as empresas estatais são basicamente eficientes, mas não rentáveis porque seus preços são artificialmente deprimidos; e (9) a coordenação econômica pelo Estado tende a ser mais eficiente do que pelo mercado.

Em 1985 também foi destaque o déficit público que começou a crescer à medida que os salários do setor público retornavam ao nível anterior. A crise fiscal se agravava cada vez mais e era preciso implantar uma política de ajuste fiscal radical . “A redução unilateral da dívida externa legitimaria internamente o ajuste fiscal, enquanto, externamente, a eliminação do déficit público legitimaria as medidas unilaterais visando a

redução da dívida externa, que o Plano Brady, em 1989, embora tímido reconheceu necessário” (Pereira 1996).

A capacidade de investir a longo prazo depende da poupança, isto na situação de pleno emprego. Na condição de desemprego, será o investimento, por meio do multiplicador, que determinará a renda e a poupança agregadas. Na visão de Bresser, mesmo na situação de pleno emprego, ele coloca a poupança subordinada e dependente da capacidade das empresas em se autofinanciarem, da vitalidade de obter-se financiamento interno, e da capacidade do Estado de impor poupança forçada. A capacidade das empresas de financiarem seus investimentos depende do volume do estoque de capital e da taxa de lucro. Onde o investimento (I) é igual ao lucro  $\otimes$ , uma alta taxa de lucro,  $(R/K)$  implicará uma alta taxa de acumulação  $(I/Y)$ , a menos que a relação capital-produto  $(K/Y)$ , seja consideravelmente maior que 1). Quanto maior a relação capital-produto, isto é, quanto mais ineficiente ou dispendioso de capital for progresso tecnológico, menor será a taxa de acumulação, dada a taxa de lucro. Isto pode ser claramente visto dividindo-se o numerador e o denominador da taxa de acumulação por (K):  $(I/K)/(Y/K)$ .

Nos primeiros estágios do desenvolvimento o total do estoque de capital é pequeno em relação à produção corrente, isto é, a relação capital-produto tende a ser pequena. Desta forma, a taxa média de lucro deveria ser excepcionalmente elevada para permitir uma taxa de acumulação também pequena. Assim sendo, mesmo que a taxa marginal de lucro sobre os novos investimentos seja alta, a taxa média de acumulação não será alta. A taxa de lucro depende da taxa e do tipo do progresso tecnológico, da razão lucro-salário ( taxa de mais valia ) e do papel da acumulação primitiva que compreende da apropriação do excedente ou da realização de lucros capitalista fora do processo regulador de mercado.

O comportamento de fluxo fundamental de uma crise fiscal não é o déficit público, mas a poupança pública negativa. Este fator tem um papel estratégico, particularmente nos países em desenvolvimento. “Poupanças públicas negativas tendem a ser a causa direta de baixas taxas de investimento e de estagnação da renda per capita” comenta Pereira (1996).



A poupança pública é um instrumento de vital importância para o desenvolvimento de um país, pois o país que adquire poupança é um país que investe no crescimento da economia. O investimento público abrange as seguintes pontas:

- ⇒ investimentos em projetos nos quais o setor privado não demonstra interesse (infra-estrutura);
- ⇒ políticas públicas :
  - investimentos sociais ( novos gastos em educação e saúde );
  - investimentos em segurança pública ( aumento dos gastos com polícia e penitenciária );
- ⇒ despesas públicas livres ( “livres” porque não estão comprometidas com o pagamento de salários dos funcionários públicos nem com o pagamento de serviços correntes do Estado):
- ⇒ subsídios ao investimento privado ( política industrial e agrícola );
- ⇒ gastos com desenvolvimento tecnológico colocados à disposição do setor privado.

Quando o Estado não consegue obter poupança ele se obriga a buscar recursos do setor privado para financiar o investimento aumentando com isto o déficit público. Se a poupança pública é negativa, o Estado terá um déficit mesmo se o investimento público for nulo. O déficit financiará gastos correntes, que serão constituídos crescentemente por juros sobre os empréstimos. Nos dois casos, o Estado será paralisado, estará incapaz de formular e implementar políticas públicas e promover o crescimento. Essa paralisia decorrente da falta de poupança pública estará definindo a crise fiscal e levando a economia à estagnação.

**TABELA 04**  
**Crescimento, poupança e investimento (% do PIB) de 1970 a 1990.**

Ano	PIB (taxa de cresc.%)	Poupança*				Investimento*		
		Interna			Externa			
		Privada	Estatal	Total		Privado	Estatal	Total
1970	8,3	-	-	24,1	1,4	-	-	25,5
1971	11,3	-	-	23,3	2,7	-	-	26,0
1972	12,1	-	-	23,5	2,6	-	-	26,1
1973	14,0	15,7	9,5	25,2	2,0	19,7	5,7	27,2
1974	9,0	15,4	8,1	23,5	6,7	19,6	8,0	30,2
1975	5,2	18,2	8,2	26,4	5,3	20,9	8,6	31,7
1976	10,1	16,2	7,1	23,3	3,8	16,1	10,5	27,1
1977	4,5	15,9	7,6	23,5	2,2	15,7	9,4	25,7
1978	4,7	15,6	7,6	23,2	3,3	13,6	10,7	26,5
1979	7,2	15,1	3,8	18,9	3,1	8,2	14,0	22,0
1980	9,1	15,6	2,2	17,8	4,5	12,6	9,0	22,3
1981	-3,1	16,3	2,3	18,6	4,5	13,0	10,1	23,1
1982	1,1	13,5	1,8	15,3	5,8	12,2	8,9	21,1
1983	-2,8	12,7	0,6	13,3	3,4	9,6	7,1	16,7
1984	5,7	15,0	0,8	15,8	-0,1	8,3	7,4	15,7
1985	8,4	18,8	0,3	19,1	0,1	9,8	9,4	19,2
1986	8,0	15,2	1,9	17,1	2,0	7,3	11,8	19,1
1987	2,9	23,0	-1,2	21,8	0,5	12,6	9,7	22,3
1988	-1,0	26,0	-2,4	24,1	-1,3	14,1	8,7	22,8
1989	3,3	30,0	-5,3	25,1	-0,2	17,6	7,3	24,9
1990	-4,0	20,4	0,8	21,2	0,5	6,9	14,8	21,7

\*Formação Bruta de Capital Fixo inclui poupança, consumo e investimento.

Fonte: Banco Central.

Ao analisar os dados da tabela 05 é possível verificar que a poupança do setor privado relacionado ao período de 1970 a 1990 apresentou um crescimento razoável, enquanto que a poupança do Estado neste mesmo período decresceu consideravelmente, sendo ambas inversamente proporcionais, isto é, enquanto que uma poupança cresceu com passar do tempo, a outra decresceu enriquecendo ainda mais o setor privado, isto é, o setor privado estava cada mais capitalizando recursos. No que se refere ao investimento em tempos de crise, o setor privado se retrai mais deixando para o setor público a função de investidor.

### **2.2.2 Os doze planos de estabilizações econômicos e suas características principais**

Estes planos atuaram intensamente sobre o mercado de trabalho, reduzindo ou aumentando a capacidade de geração de empregos. Portanto, é necessário resgatar de forma resumida as características de cada plano para entender a reação provocada por cada um no mercado de trabalho.

Entre o ano de 1979 a 1994 tivemos doze planos de estabilização, que tinham como objetivo colocar o Brasil nos trilhos do desenvolvimento. Estas tentativas de colocar o país em crescimento econômico enfrentaram muitas dificuldades tanto do cunho externo, isto é, as crises mundiais, como interno, os políticos e os empresariados. Alguns planos eram de origem exclusivamente ortodoxo ou heterodoxo, ou até mesmo uma combinação dessas duas linhas de atuação. A seguir um breve resumo dos doze planos de estabilização que a economia brasileira experimentou entre 1979 e 1991.

O Plano Delfim I (1979), programa populista de direita, foi ao mesmo tempo e contraditoriamente desenvolvimentista e monetarista, baseado na prefixação da taxa de câmbio, isto é, numa trajetória planejada descendente para a taxa de câmbio. A orientação dada pela taxa de câmbio pré-fixada pretendia mudar as expectativas e levar os agentes econômicos a corrigir seus preços de acordo com ela. Ao invés disso, a inflação passou de

50% para 100% ao ano e a dívida externas cresceu de US\$ 40 bilhões para US\$ 60 bilhões em dois anos, num plano altamente ineficiente, segundo Pereira (1996).

O Plano Delfim II (1981) foi um plano ortodoxo clássico acompanhado de forte recessão. O PIB caiu 3% em 1981 e a inflação permaneceu no patamar de 100% até o final de 1982, revelando sua ineficiência.

O Plano Delfim III (1983) foi um programa ortodoxo monitorado pelo FMI e novamente marcado pela recessão. Dada a natureza inercial da inflação, ignorada por estes três planos e a maxidesvalorização do cruzeiro em fevereiro de 1983, a inflação dobrou de patamar para 200%, ou cerca de 10% ao mês. No entanto, comenta Pereira (1996), “graças à desvalorização real alcançou-se o equilíbrio do balanço de pagamentos”, elevando assim o superávites comerciais.

O Plano Dornelles ( de abril a junho de 1985) foi particularmente ineficiente ao promover o congelamento dos preços das empresas públicas e de alguns setores oligopolistas privado, correspondente a cerca de 40% do PIB. Esta política , que desequilibrou gravemente os preços relativos, em pouco tempo foi combinada com uma política estritamente monetária executada pelo Banco Central. A inflação caiu de 12% para 7% ao mês por três meses e então como era esperado, voltou para o patamar anterior, quando os preços congelados foram finalmente liberados ou corrigidos segundo a inflação.

O Plano Cruzado ( de marco a dezembro de 1986) foi um programa heterodoxo baseado num congelamento de preços. Foi bem formulado e recebeu enorme apoio popular, mas foi ineficientemente implementado, perdendo-se pelo populismo e pelo excesso de demanda. A inflação foi de 14% ao mês para quase zero como resultado do congelamento dos preços. Em dezembro, quando ficou impossível manter os preços congelados, a inflação explodiu.

O Plano Bresser ( de junho a dezembro de 1987) foi um plano heterodoxo de emergência. Não incluía nem desindexação nem reforma monetária. A taxa de câmbio não foi congelada. Baseava-se num congelamento de preços de curto prazo, provisório e um ajuste fiscal incompleto. Na época do plano os preços relativos estavam profundamente

fora de equilíbrio, inclusive a taxa de câmbio. Como era se esperar, a inflação começou a subir lentamente de novo. O programa deveria Ter sido completado com uma correção gradual dos preços públicos –que foi feito- e uma reforma fiscal no final do ano que deveria preparar um novo e derradeiro congelamento de preços no início de 1988. Por falta de apoio político, o plano não foi adiante.

O Plano Arroz com Feijão (1988) tentou implementar um programa ortodoxo baseado principalmente na utilização das políticas monetária e fiscal. Arroz com Feijão porque indicava uma política convencional em oposição à heterodoxa. Foi ineficiente como plano de estabilização e o apoio político para o ajuste fiscal não se concretizou. O plano terminou como uma estratégia de “empurrar com a barriga”, devido à má vontade do presidente Sarney em empreender um programa de ajuste fiscal. A inflação, em torno de 14% ao mês em dezembro de 1987, subiu gradualmente chegando a 30% ao mês no final de 1988.

O Plano Verão (de janeiro a junho de 1989) utilizou uma abordagem heterodoxa, baseada em congelamento de preços, desindexação e reforma monetária, mas sua ênfase foi nos instrumentos ortodoxos, monetaristas. Apoiou-se em uma taxa de juros real extraordinariamente alta ( 16% em termos reais, no primeiro mês). A decisão de adotar uma taxa de juros real extremamente alta apressou o fracasso do plano porque indicava que o Estado estava falido. O plano começou a entrar em colapso em junho de 1989 e levou a economia brasileira ao único episódio hiperinflacionário de sua história, taxa de inflação acima de 50% ao mês, em dezembro.

O Plano Collor I ( de março a abril de 1990) foi aparentemente um programa ortodoxo e heterodoxo, combinando retenção dos ativos monetários e ajuste fiscal rígido com congelamento de preços. Foi, de fato, um plano essencialmente ortodoxo, que recebeu pleno apoio de Washington porque seu componente heterodoxo, o congelamento de preços, foi abandonado quase que imediatamente. Além disso, ignorava a teoria da inflação inercial e não incluía no congelamento de preços uma tabela de conversão que neutralizasse os desequilíbrios dos preços relativos derivados do caráter defasado do ajustamento de preços de quando a inflação é inercial. O plano logrou êxito em baixar a inflação de 82% em março para 3% em abril. Depois disso, a inflação deveria ser

controlada por uma combinação de políticas fiscal e monetária e uma política de rendas. O abandono formal da política de rendas, que pretendia controlar a inflação residual, em 15 de maio, marcou o fim de um plano incompleto.

O Plano Éris (de maio a dezembro de 1990) a Segunda fase do Plano Collor I, deveria ser considerado como um novo plano. Foi a estratégia mais estritamente ortodoxo e monetarista já adotada no Brasil. Seu objetivo era eliminar a inflação residual deixada pelo Plano Collor I. O esforço de ajuste fiscal para o superávit orçamentário em 1990 e 1991 foi complementado pela definição e perseguição de uma meta monetária: um aumento de 9% na base monetária no segundo semestre de 1990. Embora não tenha sido oficialmente adotado pelo FMI, dado seu caráter ortodoxo, recebeu pleno apoio de Washington. O Plano Éris ilustrou mais uma vez o caráter endógeno da oferta de moeda quando a inflação é alta e inercial. Apesar da enorme recessão causada pela política monetária apertada, a inflação gradualmente acelerou, elevando-se de 6% em maio para 20% em dezembro, quando a oferta de moeda finalmente fugiu do controle.

O Plano Collor II (de janeiro a abril de 1991) foi um plano heterodoxo combinado com um grande aumento nos preços públicos o “tarifaço”. Foi um programa totalmente ineficiente, um simples remendo com o qual o governo buscava ganhar tempo diante do fracasso do plano anterior. A inflação subiu imediatamente após o plano, chegando a quase 7% em abril e a 10% em junho.

O Plano Marcílio ( de maio 1991 a outubro de 1992) foi um plano de estabilização patrocinado pelo FMI ortodoxo, gradualista e ineficiente. Começou com a inflação em 10% em um momento em que a necessidade de recomposição dos preços relativos depois do Plano Collor II provocava a elevação da taxa inflacionária e terminou em 25% ao mês, o patamar que antecedeu o plano anterior, apesar da brutal elevação da taxa de juros que utilizou e da forte recessão decorrente.

Do Plano real, de junho de 1994 até os dias de hoje, será citado posteriormente no trabalho em caráter particular.

### 2.2.3 O Brasil dos anos 90

Em março de 1990 o Estado se depara com uma grande crise mundial e nacional e sob o domínio de uma hiperinflação. O Estado assume o papel de gestor econômico e adotou uma política de reajuste fiscal e de reformas orientada para o mercado.

O Estado perdeu as características que lhe foram atribuídos nos anos do “milagre econômico”, no quais o Estado tinha a função de financiador do desenvolvimento econômico, e agora expande em todo o mundo capitalista uma política neoliberalista, devolvendo ao mercado a função de regulador. O mercado é perfeitamente autoregulável conforme as expectativas dos agentes econômicos. A comunidade empresarial, operando no mercado, seria o principal agente do desenvolvimento e a competição um fator fundamental para uma eficiente alocação de recursos. O mercado, no entanto, não é o mecanismo quase perfeito para a coordenação econômica que os modelos econômicos neoliberais preconizam, comenta Pereira (1996). As deficiências do mercado deveriam ser compensadas pela ação do Estado não apenas na área social e ambiental mas também no domínio produtivo – desenvolvimento tecnológico e políticas agro-industriais.

O Estado estava preocupado em refrear a inflação; era um governo diferente dos outros anteriores, não era populista mas dava todo apoio aos seus ministros da economia para que atuassem na estabilização. Foi iniciado um ajuste fiscal. Superávites orçamentários repetitivos foram um fato constante no governo. A redução tanto do déficit público quanto da dívida pública interna de fato ocorreu. Se a inflação não foi controlada não foi por falta de força e determinação do presidente, mas sim o resultado da ineficiência ou incompetência dos programas de estabilização que não conseguiram levar em conta o caráter particular da inflação inercial que até então prevalecia no país. Foram utilizados como forma de conter a inflação políticas ortodoxas e heterodoxas combinando a retenção de ativos monetários e agentes fiscais como congelamento de preços. Mas a crise de impopularidade e corrupção fez com que a década de 90 fosse marcado por um impeachment presidencial.

Em 1992 assume o Vice-Presidente um Estado a beira de uma hiperinflação misturada com uma enorme crise política, crise esta que pode ser considerada umas das maiores e piores crises do Estado. A falta de identidade política e o descontentamento popular, foi o cenário deixado pelo governo após o impeachment.

Em junho de 1993 no governo elaborou um documento chamado Programa de Ação Imediata ( PAI), sob a coordenação do então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, que tinha como objetivo “preparar a casa” para enfrentar a ameaça da hiperinflação. Isto um ano antes do lançamento do Plano Real

Para os economistas que faziam parte da equipe de Fernando Henrique, era necessário tomar certas decisões com relação à inflação e sua alta inércia:

- ⇒ preparação, consistindo essencialmente de ajuste fiscal;
- ⇒ coordenação das expectativas pela correção dos preços relativos para neutralizar a inércia;
- ⇒ um choque nos preços, normalmente acompanhado de uma reforma monetária e da adoção de uma âncora nominal ( a taxa de câmbio), reduzindo, assim, os preços dramaticamente;
- ⇒ consolidação, por meio de um ajuste fiscal adicional de mais uma política monetária rígida.

A inflação foi neutralizada com o mecanismo URV, no qual os preços foram convertidos nos três meses anteriores à reforma monetária ( entre o dia 1º de abril e o dia 1º de julho de 1994). A reforma monetária foi feita e um choque anunciado fez despencar a inflação que era de 45% ao mês para praticamente zero, sem que fosse necessário qualquer congelamento. O Brasil teria uma nova moeda - a URV, que substituiria o cruzeiro que havia sido extinto. O real ficou atrelado ao dólar numa relação um por um (1x1) e ficou valorizado em torno de 15%.



### 2.2.4 O Plano Real I

O plano Real foi introduzido mais recentemente no cenário econômico e provocou profundas alterações no mercado de trabalho atual. Ao ser implantado, usou como âncoras principais a política monetária e a cambial. A primeira, foi usada pelo governo como instrumento de controle dos meios de pagamentos; a Segunda, trata do controle das relações comerciais entre o Brasil e o resto do mundo.

A política monetária influenciou a economia graças ao estoque de moeda e à taxa de juros. A política cambial contou com duas importantes variáveis; a taxa de câmbio e o saldo da balança de pagamentos, o qual se compõe de três elementos (saldo da balança comercial, de serviços e de capital).

As altas taxas de juros impostas pelo governo estimularam a entrada de capital estrangeiro e mantiveram o equilíbrio no volume de moeda em circulação graças, basicamente, ao saldo deficitário da balança comercial. Num primeiro momento, a entrada de capital produziu um excedente de moedas em circulação que, por sua vez, aumentou a demanda em virtude do volume de oferta constante. Para que essa situação não chegasse a desequilibrar a economia, majorando preços e alimentando a inflação, o governo estimulou um detrimento do consumo mediante elevação da taxa de juros.

Em termos gerais, com a valorização do real, houve e há uma estimulação às importações e aos investimentos de capital externo. As importações trouxeram tecnologia, redução de custos e participação de produtos importados no mercado, mas o governo tomou certas precauções em relação a entrada de produtos importados ao mercado doméstico, para que não houvesse uma enorme “quebradeira” nacional. Decisões políticas de protecionismo foram tomadas, como comenta Pereira (1996) “ Em 1995 e 1996, vários setores, como de tecidos e de sapatos, receberam proteção adicional, especialmente em função da competição chinesa”.

Para os consumidores, a competitividade favoreceu a multiplicidade de escolha, mais qualidade de produto e mais estabilidade de preços. Para os investidores externos, a decisão de aplicar no mercado financeiro brasileiro levou em conta o

diferencial entre as taxas de juros local e exterior bem como a expectativa de desvalorização do real em relação ao dólar. Daí a necessidade de manter estável a taxa de juros.

Os altos índices de reservas internacionais da economia brasileira garantiram a segurança para a implantação do plano de estabilização como podemos observar na tabela 05.

De 1989 a 1996 as reservas internacionais obtiveram um extraordinário crescimento de US\$ 9.679 milhões em 1989 para US\$ 60.110 milhões em 1996. No ano de 1997 e 1998 as reservas internacionais apresentaram uma pequena queda. Esta euforia não foi igual quanto dívida externa brasileira, que no período de 1989 cresceu e cresceu muito, com destaque para o ano de 1992 até 1998 no qual crescimento da dívida foi em patamares jamais visto na economia brasileira.

**TABELA 05**

**Dívida externa bruta/reservas internacionais – US\$ milhões**

Período	Dívida externa bruta	Reservas internacionais
1989	99.285	9.679
1990	96.546	9.973
1991	92.996	9.406
1992	110.835	23.754
1993	114.270	32.211
1994	119.668	38.806
1995	129.313	51.840
1996	144.092	60.110
1997	167.760	52.173
1998		44.556

Fonte: Revista Conjuntura Econômica – FGV

No Brasil o equilíbrio do balanço de pagamentos foi alcançado no ano de 1983, quando a taxa de câmbio foi desvalorizada. Desde a ocasião, enormes superávites comerciais passaram a ser apresentados a cada ano. Somente em 1994, após o Plano Real,

a apreciação cambial e o aquecimento da demanda fizeram com que esse superávit comercial desaparecesse.

O Brasil apresentou na balança comercial uns dos grandes problemas a ser resolvido no primeiro momento do governo Fernando Henrique Cardoso. Medidas deveriam ser tomadas para incentivar, a curto prazo, o setor exportador e reequilibrar a balança comercial, bem como acelerar a atividade econômica e a taxa de emprego. Como pode-se verificar na tabela 06, a partir de 1995 o Brasil apresentou grande déficit na balança comercial e para sanar este problema o ideal teria sido promover uma mini desvalorização da taxa cambial.

**TABELA 06**

**Balança comercial 1989/97 – US\$ milhões**

Período	Exportação	Importação	Saldo
1989	34.383	18.263	16.120
1990	31.414	20.661	10.753
1991	31.620	21.041	10.579
1992	35.793	20.554	15.239
1993	38.563	25.256	13.307
1994	43.545	33.079	10.466
1995	46.506	49.858	3.352
1996	47.747	53.286	5.539
1997	52.986	61.358	8.372
1998	50.520	57.557	6.437

Fonte: BCB, SECEX, FUNCEX

A desvalorização cambial pode Ter grandes problemas se não são tomadas certas precauções. Por exemplo: primeiro, uma operação desse tipo pode Ter conseqüências imprevisíveis, a exemplo do que aconteceu com o México em 1994; segundo, muitas emissões do governo foram de títulos com cláusula cambial, onde uma queda do real frente ao dólar agiria como uma bomba sobre as contas públicas. Os

exportadores afirmam que uma reforma tributária eficiente, aliada às reformas fiscal e previdenciária, poderia funcionar tão bem ou até melhor que uma desvalorização.

### **2.2.5 O Plano Real II**

A partir de 13 de janeiro de 1999 o Brasil começa a viver uma nova fase. É a fase do Plano Real II. O país centrou seu sucesso do Plano Real I, no que tange a redução bruta da inflação em cima da âncora cambial, aproveitando a situação da moeda nacional que estava forte perante o dólar, o que mantinha a euforia de vários setores devido à estabilidade de preços. Manter uma âncora cambial num momento de estabilidade da moeda significava que o país mantinha déficit na balança de pagamentos e, principalmente, na balança comercial.

Para dar sustentação a esse cenário, o país criou uma forte dependência dos fluxos de capitais. Uma abertura externa para as importações permitiu a invasão de preços bem competitivos, o que fez segurar os preços internos e acabou favorecendo uma inflação baixa. Mas o cenário não foi corrigido, pois para mantê-lo seria necessário sustentar os fluxos de capitais do exterior para cobrir esses déficits de balanças.

Quando a sustentação do câmbio não se tornou mais possível, a partir de 13/01/99 se intensificaram os ataques especulativos em cima da moeda nacional, com a redução no fluxo de capital exatamente pela crise da credibilidade. O Plano Real deixou de ser centrado na âncora cambial, permitindo que o dólar ultrapassasse a barreira de R\$ 2,00 (dois reais) partindo para a âncora monetária centrada principalmente na alta dos juros. A repercussão com pressão em alguns preços foi da ordem de 40%. A taxa de juros elevada é uma medida que é até aceita no mundo todo, desde que seja transitória. Se perdurar por muito tempo compromete as empresas, o setor público e também a poupança, porque ninguém terá mais dinheiro para poupar.

O Brasil é o país que apresenta a pior distribuição de renda do mundo. O problema social brasileiro existe, é da maior gravidade e, de certa forma, nos envergonha

perante o resto do mundo. Reformas constitucionais e o programa de privatizações são esperanças para reverter o quadro caótico social em que se vive.

O Estado não medirá esforços para assegurar o êxito do Plano Real a fim de colocar o Brasil definitivamente no caminho da estabilidade, do crescimento econômico auto-sustentado e da justiça social e , ao mesmo tempo, permitir ao país uma inserção competitiva e dinâmica numa economia mundial globalizada.

Um outro grande problema que atinge o Brasil é o desemprego. Este tema será tratado no capítulo IV.

### **2.3 Economia setorial catarinense**

A trajetória do desenvolvimento da economia de Santa Catarina foi condicionada por processos externos ao estado, relativos ao que ocorria no eixo Rio de Janeiro e São Paulo. Esta era a política econômica nacional, voltada para os grandes centros.

Santa Catarina, na década de 40 a 50, era um grande produtor de produtos primários. Fornecia estes produtos em troca de produtos industriais com os grandes centros, em especial São Paulo. A construção das rodovias federais que cortam todo o litoral de Santa Catarina tornou o litoral do estado um corredor dos interesses dos estados vizinhos, mais precisamente do Paraná e do Rio Grande do Sul. Um plano foi criado para desenvolver o crescimento econômico do estado, o Plano de Obras e Equipamentos (POE). Este plano tinha sobretudo o objetivo de procurar unificar a vida econômica e social do estado de Santa Catarina. Esta dependência em relação ao centro iria definir também a manutenção da indústria nos ramos tradicionais, em especial o têxtil e alimentício. Houve grandes modificações estruturais no setor primário, que ingressou na tendência capitalista especializada ( suinocultura, milho, madeira, carvão e fumo ) , acompanhando a tendência

l nacional, sem falar na grande mecanização da agricultura no estado que passou de 41 máquinas agrícolas em 1950 para 1.049 máquinas em 1960.

Com a implantação do POE o governo tentou elaborar um plano de desenvolvimento com ênfase na infra-estrutura do estado. A área de metal mecânica cresceu com os incentivos do governo para suprir as necessidades da indústria automobilística, onde destacamos a Fundação Tupy. A preocupação com as condições para a produção industrial nesta época foi muito evidente.

O estado passou a intervir e direcionar os rumos da economia, a exemplo do que acontecia na esfera maior e em 1975. Já neste período tínhamos oito empresas de Santa Catarina entre as 50 maiores do Brasil: Hansem, Tuppy, Hering, Consul, Renaux, Teka, Battistela e Cover. Também foi fundado o BADESC, órgão ligado ao governo, principal fonte de financiamento. E em 1979 houve uma grande expansão da indústria de alimentos tendo como líder o grupo Chapecó. Neste mesmo período o grupo Porto Belo/Usati cresceu rapidamente no contexto econômico.

Alguns setores que foram de extrema importância para o desenvolvimento catarinense serão tratados a seguir.

### **2.3.1 A Indústria do carvão**

Há no sul do estado, como grande propulsor do desenvolvimento a indústria do carvão. O ciclo do carvão catarinense envolvia o sistema de mineração, a rede ferroviária, o porto de Imbituba, a Indústria Carboquímica Catarinense (hoje fechada pela política neoliberal de privatização) e a ELETROSUL (usinas termoeletricas), com investimentos da ordem de US\$ 2,0 bilhões e aproximadamente 13.000 empregos diretos. Em 1988 o governo começou a retirar de forma gradativa os subsídios da indústria carbonífera. A eliminação total dos subsídios e o fim da tutela do governo federal sobre o carvão marcaram o início de um novo período na história da atividade carbonífera no estado de Santa Catarina, mais principalmente na região sul do estado. Nos primeiros meses do governo Collor, houve a desregulamentação da atividade pela Portaria nº 801, de

17/10/1990. A portaria estabeleceu o fim da obrigatoriedade de consumo do carvão nacional e a liberação dos preços do carvão metalúrgico e energético, a extinção dos sistemas de cotas de produção do carvão, a livre importação dos carvões estrangeiros com alíquota zero, a retirada da Companhia Siderúrgica Nacional ( CSN ) das atividades ligadas ao carvão, que passou a importar a totalidade do carvão consumido, o que pôs fim a uma grande produção.

A indústria carbonífera catarinense reduziu sua produção em torno de 70,46% de 1985 a 1994. Nos últimos anos, o país voltou a importar carvão metalúrgico de melhor qualidade a um custo mais baixo, o que fez com que o carvão nacional sofresse uma retração no mercado.

Grande parte do carvão da região sul era comprado pelo governo federal. Por isso, a partir da importação do produto, o nível de emprego no setor decaiu assustadoramente, atingindo índices alarmantes no último período de fechamento e privatização da CSN em Criciúma. A crise do carvão afetou os municípios produtores devido a queda nas receitas tributárias.

O governo federal teve grande parcela de responsabilidade na crise do carvão ao retirar sem aviso prévio os subsídios. As empresas não estavam acostumadas com a concorrência dos preços dos importados, pois o governo era para a maioria delas seu único comprador, e muitas fecharam. A indústria carbonífera se redimensionou e produziu quase que exclusivamente para a ELETROSUL.

O resultado dessa política utilizada pelo estado fez surgir um crescimento no índice de desemprego, atribuído à não reestruturação do setor.

### 2.3.2 A indústria cerâmica

A diversificação econômica da região sul de Santa Catarina, iniciada no final da década de 1940, com o setor de cerâmica ocorreu através da criação das empresas Cessaca, Cerâmica Eliane e Cecrisa, entre outras e toma fôlego na década de 70, em especial em Criciúma. Neste processo de diversificação, muitos ramos surgiram e fortaleceram-se na região sul de Santa Catarina. Os mais dinâmicos foram o vestuário e o cerâmico.

A criação do BNH (Banco Nacional de Habitação) permite investimentos no setor, fazendo com que os produtos da região ganhem qualidade e renome, levando Santa Catarina à condição de maior produtora de revestimento cerâmico, colocando o Brasil entre os três principais produtores de pisos e azulejos do mundo, na terceira posição, junto com a China, precedido da Itália e da Espanha.

A acumulação de excedentes oriundos da indústria do carvão deu base para um novo período, sustentado na produção de cerâmica e produtos químicos. O sul de Santa Catarina tornou-se sede de um dos quatro pontos cerâmicos mais importantes do país, por ter atingido um estágio de desenvolvimento que caracterizou-se com estável, maduro e tecnologicamente atualizado, com forte concentração no sul e unidades isoladas em Urussanga, Morro da Fumaça, Araranguá, Tubarão e Imbituba.

Ao contrário da economia carbonífera, a indústria cerâmica não dependia do governo como principal comprador, e tornava-se mais dependente de novos investimentos para poder competir tanto no mercado interno como no mercado externo.

Nos tempos de hoje já há uma descentralização desse poderio econômico com a implantação da Cerâmica Portobello no município de Tijucas.

Hoje, no ramo cerâmico há uma certa expectativa com relação a mudança de base energética que irá reduzir os custos e tornar os produtos cerâmicos mais competitivos. A base energética será trocada: em vez da utilização de combustível, o gás boliviano. Isto pode ser considerado como uma diversificação dos postos de trabalho.



### **2.3.3 Indústria têxtil**

Os dois segmentos tradicionais e relevantes em Santa Catarina são a indústria têxtil e vestuário. O parque têxtil é antigo, mas também apresenta tendência para contínua modernização. Possui amplo mercado nacional e internacional. Os produtos são de reconhecida qualidade. Mesmo assim, a indústria precisa aprimorá-los com novos processos de materiais e padrões. A indústria do vestuário é de implantação mais recente, porém tem apresentado impressionante expansão. Trata-se da confecção de roupas populares, em muitos casos produzidas sob a forma de subcontratação industrial e comercialização com etiquetas do Rio de Janeiro, Porto Alegre e São Paulo.

Um caso interessante foi o desenvolvimento ocorrido no sul do estado, no qual sua implantação foi mais recente, embora tenha acontecido na década de 60, época em que a economia era centrada na indústria extrativa de carvão mineral. Com a crise do carvão, a mão-de-obra abundante passou a procurar outra forma de rendimento e foi encontrar no setor de vestuário a maneira de driblar a crise. Nos anos 80, sem grande expansão das confecções locais, surgiram as facções – fábricas inteiras deixaram de lado suas marcas e passaram a produzir para grandes etiquetas nacionais como a Renner ( Porto Alegre ), a Ellus ( São Paulo ) e outras do Rio de Janeiro. Eram roupas populares, produzidas sob a forma de subcontratação industrial. O negócio das facções cresceu muito, transformando Criciúma no município catarinense pioneiro na terceirização deste setor, com emprego de numerosa mão-de-obra, especialmente a feminina, nas fábricas ou nas residências. Algumas dessas facções passaram a produzir para marcas locais, o que ocorre até hoje.

### **2.3.4 Indústria metal mecânica**

As indústrias do complexo metal mecânica, tidas como dinâmicas por excelência, são muito importantes também na estrutura do setor secundário e na economia de Santa Catarina, destacando-se os segmentos metalúrgico, mecânico, materiais elétricos e de comunicações. Algumas dessas indústrias são hoje expressão nacional, colocando o estado em posição destacada na produção de motores elétricos, geladeiras, compressores, peças para a indústria automobilística , etc.

### **2.3.5 Indústria de mobiliário**

A indústria de mobiliário apesar de incipiente em termos relativos tem ainda campo extenso para evoluir. Existe um setor moveleiro tradicional produzindo a linha chamada colonial e concentrada na região nordeste do estado. Há também uma linha reta disseminada por várias cidades. O insumo básico é, ainda, a madeira, sob suas diversas formas: bruta, aglomerada, compensada, laminada. Este insumo tem sido intensamente explorado e quase exaurido, obrigando as empresas a importar até da região amazônica. É um setor que precisa encontrar novos caminhos, provavelmente vinculado ao setor metal mecânico e à indústria plástica.

### **2.3.6 A indústria de plásticos**

A indústria de plásticos tem mostrado forte dinamismo em Santa Catarina, constituindo num parque importante. Principalmente nas empresas de Joinville, o setor tem inovado apresentando toda uma possibilidade de novos empregos para material plástico, principalmente, fora da linha de produtos descartáveis. É um potencial que se abre também para outras cidades, onde ainda predominam a produção de copos e embalagens mas cujas estruturas podem ser o ponto de partida para a introdução de novos produtos.

Na região sul, o setor que mais se destaca é o de descartáveis plásticos e canos flexíveis. Seu desenvolvimento está ligado à indústria cerâmica que, em seus laboratórios, inicia o desenvolvimentos de estudo para descobrir novos materiais, de maior qualidade e resistência.

A indústria de plásticos surgiu na Segunda metade da década de 60 e desenvolveu-se na década de 70 e teve seu fortalecimento na década de 80. O setor entrou na década de 90 em expansão. Em 1995, a região sul de Santa Catarina já contava com aproximadamente 43 empresas fabricando desde embalagens plásticas até tubos de conexões.

### **2.3.7 A indústria de papelão**

Papel e papelão são outros gêneros de indústrias bem expressivos na economia catarinense, representado, principalmente, por grandes unidades vinculadas a grupos internacionais. No segmento de embalagens para grandes e pequenos volumes industriais ou comerciais reside a possibilidade mais expressiva de inovações, com a criação de recipientes leves, resistentes e mais baratos, através da pesquisa de novos materiais.

### **2.3.8 A indústria de alimentação**

A indústria de alimentação é um dos gêneros mais importantes da estrutura industrial do estado. Embora classificada como tradicional, ela apresenta intenso processo de modernização, sobretudo relacionado aos grandes frigoríficos. Utiliza preponderantemente matéria-prima local, estimulando o setor agrícola de produção de animais de pequeno porte, hoje já bastante capitalizado e com instalações exigentes de constante renovação. As grandes unidades frigoríficas concentram-se na região oeste do estado, porém as demais indústrias alimentares disseminam-se pelo território. Cada vez mais, sobretudo as indústrias maiores, pesquisam novos produtos derivados e novos processos de embalagens e comercialização.

## **2.4 MERCOSUL**

O Brasil, como o resto do mundo, vem sofrendo o efeito da globalização mundial; esta globalização é na verdade mais uma etapa do capitalismo. Como sistema produtivo, o capitalismo sempre se caracterizou por flutuações periódicas de expansão e contração econômica. O russo Nikolai Kondratieff (1892-1930) denominou cada um desses períodos de ciclos longos, hoje chamados de ciclos de Kondratieff (Scazaretto, 1993).

Com a globalização tanto como por interdependência e como por competitividade, vários tratados econômicos foram firmados, como o Tratado de Livre Comércio do Norte (TLCN) ou NAFTA e a Comunidade Européia (CEE). Aqui na América do Sul, foi firmado o MERCOSUL, um projeto que se concretizou em 1º de janeiro de 1995 entre os países signatários do Tratado de Assunção, celebrado nesta cidade em 26 de março de 1991 entre Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil.

De acordo com Simonsen, o MERCOSUL já começou a operar de fato. Uma parte do sul do Brasil dedica-se a um intercâmbio crescente com países do Cone Sul, principalmente com a parte central da Argentina. Este país imaginário; MERCOSUL de fato, que vai de Belo Horizonte e Assunção no Paraguai até Neuquen e Bahia Blanca na Argentina, concentra uma população de cerca de 100 milhões de pessoas, com um produto interno bruto estimado em US\$ 460 bilhões. Dessa forma, o produto bruto per capita de US\$ 4.600 aproxima-se dos países do primeiro mundo que estão na parte mais baixa da escala.

O conceito básico de mercado comum está fundamentado no livre trânsito de pessoas, produtos e serviços, tecnologia e dinheiro. Isto significa que os recursos ( mão-de-obra, capital e tecnologia ) passam a movimentar-se livremente dentro de um mercado muito maior do que aquele formado anteriormente, pelos países, de forma individual, e tendem a concentrarem-se nas áreas mais atrativas ou naquelas que propiciem melhores condições para um retorno adequado.

Como mercado entende-se o agregado representado por consumidores, produtores e distribuidores de uma determinada indústria ou ramo de atividade. Os mercados podem também ser definidos ou limitados por áreas geográficas, cidade ou município, um Estado ou uma província, uma região geográfica, um ou vários países. Neste último caso, quando referido a um bloco econômico ou mercado comum.

A pressa com que foi criado o MERCOSUL e o prazo extremamente curto para implementação dos acordos, normalizações e harmonização de políticas, promoveu um intenso fluxo de comércio de mercadorias e serviços, além de um certo deslocamento de capitais entre países, em especial entre o Brasil e a Argentina.

Segundo estudos levantado por Idaulo José Cunha, as exportações catarinenses apresentaram as seguintes características entre 1993 e 1995:

**TABELA 07**

**Exportações para os países do MERCOSUL, por principais produtos – 1993-1995**

Discriminação	Argentina		Paraguai		Uruguai	
	1993	1995	1993	1995	1993	1995
Outras carnes de suínos congelado	18.2	17.4	-	-	1.4	1.6
Roupas de toucador, de tecido atalhado alg.	7.0	8.2	6.3	2.4	1.6	1.6
Papel/cartão para cobertura “Kraftliner” cru	6.2	20.5	0.1	0.1	1.5	2.8
Motocompressor hermet.p/refrig./BE	16.3	11.6	0.8	0.9	0.7	0.8
Refrigerar de compressão de uso doméstico	10.5	6.7	5.7	7.7	0.1	0.6
Camisetas interiores de malha de algodão	3.3	6.7	2.6	2.8	6.2	0.8
Azulejos/ladrilhos,cerâmica,vidrada, decorad.	4.8	5.0	2.3	4.7	1.2	1.1
Outros papeis p/fabr. Papel higiênico/tocado	1.4	3.7	0.3	0.6	-	-
Carne gal/frango/gal. Em pedaços não cong.	7.0	9.5	-	0.1	-	-
Carrocerias e cabines, p/ônibus e microônibus	5.3	5.7	0.3	1.1	3.4	1.4
Camisetas de algodão de uso masculino	0.7	-	0.5	-	0.3	-
Carne gal/frango/gal. Em pedaços cong	3.6	-	0.4	-	-	-
Bonitos-listrados,ventre raiado,cong.exc.figa.	2.4	7.7	-	-	-	-
Motor de corre.Altern. Trif. Rotor gaiola 75	-	-	-	6.0	-	-
Mate cancheado	-	-	-	-	-	2.0
Principais produtos	86.7	102.7	19.3	26.4	16.4	12.7
Demais produtos	94.2	95.6	44.8	51.2	29.0	26.9
Total	180.9	198.3	64.1	77.6	45.4	39.6

Fonte: SECEX/SDE/DTIC/SISTEMA ALICE ( Adaptada)

Como é possível verificar na tabela 07 , o grande parceiro do Brasil dentro no mercado das exportações é a Argentina. A Argentina é um bom mercado para produtos suínos e de aves, contudo, individualmente, as remessas de papel “Kraftliner”, sanitários e de toucador foram as que mais cresceram, a ponto de assumirem a liderança na pauta de exportações.

Constatou-se uma forte retração nas exportações dos produtos de metal mecânica; refrigeradores, compressores para refrigeradores e carrocerias de ônibus, num

movimento inverso ao que ocorreu com as vendas destes produtos para outros mercados. É possível verificar também que o total das exportações catarinenses de refrigeradores e motocompressores aumentou significativamente entre 1993 e 1995.

Santa Catarina é responsável por uma grande parcela dos produtos exportados para o MERCOSUL, pois tem o privilégio de obter uma certa qualidade em alguns produtos como refrigeradores, carnes suínas e papel, com parcelas das exportações totais do estado em 54,9%, 34,5% e 26,0%, respectivamente.

Segundo Cunha (1996), a evolução das exportações catarinenses apresenta o seguinte panorama:

- acentuado aumento das exportações para os blocos asiáticos e do MERCOSUL;
- aumento do grau de industrialização dos produtos exportados;
- alteração no perfil das exportações, segundo os principais produtos, com a emergência de móveis, papel e celulose e a reanimação da madeira em moldes mais evoluídos;
- bom desempenho dos produtos agroindustriais, de metal mecânica e de cerâmica de revestimentos;
- desaceleração das vendas de produtos do complexo têxtil, como consequência da decrescente competitividade;
- no MERCOSUL devido à retração da compra de produtos de metal mecânica têxteis e confecções o de exportação de papéis, carnes de suínos e aves.

Apesar de Santa Catarina ainda manter um forte vínculo com a Comunidade Européia e os Estados Unidos, o estado tem aumentado de forma considerável os negócios no seio do MERCOSUL.

## **CAPÍTULO III**

### **EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO PARA O TRABALHO**

#### **3.1 Educação numa visão sociopolítica e econômica**

O surgimento de um novo modo de produção na primeira metade do século XIX caracterizou o início do capitalismo. Os primeiros anos do capitalismo foram marcados por condições quase sub-humana de trabalho: a exploração, a longa jornada e péssimas condições, a grande exploração do trabalho infantil e feminino. Estes fatores não eram prioridade desde o início do sistema capitalista.

Em meio a esta turbulenta transformação social surge um dos grandes teórico da economia política mundial, Karl Marx, que juntamente com Engels em estudos sobre desenvolvimento criou uma grande obra intitulada “O CAPITAL”, no qual critica uma economia política (o sistema predatório capitalista).

A pretensão de Marx e Engels é superar o capitalismo e essa superação só poderia se realizar a partir do próprio capitalismo, acentuando suas contradições e desenvolvendo suas possibilidades.

Os primeiros anos de industrialização se caracterizaram pelo aumento do trabalho simples com o desaparecimento da capacidade artesanal existente e a extensão do trabalho infantil e feminino em condições de vida inferiores às existentes nas sociedades rurais.

Marx e Engels reivindicavam o ensino gratuito e obrigatório para toda as crianças, bem como a delimitação do trabalho de crianças, adolescentes e mulheres . Outra preocupação era em relação à identificação da força de trabalho e da capacidade criadora. O modo de exploração capitalista se caracteriza pela exploração, ou seja, pela apropriação da força de trabalho. O capital se apropria da força de trabalho, a fim de gerar a mais-valia.

Trabalho produtivo é aquele que produz mais-valia e a produtividade é obtida através da qualificação com um ensino adequado.

Assim sendo, o sistema de ensino é entendido como uma concreta qualificação da força de trabalho que conseguirá seu aproveitamento máximo se obtiver também o ajuste e a integração dos indivíduos no sistema, única forma de não desperdiçar sua força de trabalho. Pelo contrário: com qualificação adequada haverá um aumento na produtividade e no desenvolvimento das faculdades criadoras dos trabalhadores.

Marx defendia o ensino gratuito, mas sob estes aspectos repudiava a intervenção do Estado. Sua preocupação era que a burguesia não contasse, além dos outros poderes, com o de um aparato escolar posto a seu serviço, diretamente controlado por ela.

Para Marx e Engels, educação e ensino não constituem nenhum sistema pedagógico. Nem as suas afirmações sobre educação e ensino podem servir como ponto de referência sobre a problemática da educação no nosso país. Suas análises surgiram como crítica às situações que o capitalismo e a manufatura tinham produzido; os escritos tratam na verdade de uma análise concreta através da divisão do trabalho nas formações sociais capitalistas.

### **3.2 A educação no Brasil**

A partir da década de 50, fase em que se acelerou o ritmo da industrialização no Brasil, todas as reformas no Estado definiram a educação a ser transmitida “às massas” em função das necessidades de reprodução da força de trabalho.

No Brasil, a presença do Estado nas decisões econômicas desenvolvimentistas na década de 50 era de fundamental importância para a fase de acumulação capitalista industrial que se estabelecia na época. O Estado era regulamentador de todos os fatores da acumulação e também operador da esfera educacional. Leis foram criadas como a “Lei de



Diretrizes e Bases da Educação Nacional” (LDBEN), para dar maior continuidade no grau de qualificação escolar.

O período militar foi um regime voltado para a educação supressora, no qual a educação era posta a prova. Paulo Freire se revelou como sendo um revolucionário. Sua tese sobre “educando o educador”, foi de encontro às classes dominadoras da época, e por isto ele foi afastado. Paulo Freire apostou no diálogo como forma de se educar:

“O diálogo, porém, não pode excluir o conflito, sob pena de ser um diálogo ingênuo. Ele atua dialeticamente; o que dá força ao diálogo entre os oprimidos é a sua força de barganha frente ao opressor, isto é, o grau de conflito com o opressor que manterá coeso o oprimido como oprimido” (Gadotti, Moacir 1995; p.49).

O diálogo de que nos fala Paulo Freire não é o diálogo romântico entre oprimidos e opressores, mas o diálogo entre os oprimidos para superarem sua condição de oprimidos, que se dará pela organização, pela luta comum contra o opressor.

“As decisões sobre estrutura e organização do sistema escolar têm estado sempre sob o poder exercido no aparelho de Estado Federal” (Machado, 1985; p.127).

Portanto, como reflexo dos tempos de hoje, se atribui a educação uns dos fatores diretamente ligada ao desemprego. A melhoria na educação levaria uma melhor formação e qualificação na mão-de-obra. O Estado não estruturou e nem organizou de forma necessária a educação no país. O exército de reserva de mão-de-obra não está qualificado para atender ao mercado exigente do mundo capitalista de hoje:

“O atraso da educação continua sendo o mais grave problema estrutural do desenvolvimento e não teremos competitividade em um país que está cortando recursos para educação de uma população que possui uma média de escolarização formal de apenas 3,8 anos” (Mercadante, 1997; Folha de São Paulo, 06 de abril, 1997, dinheiro, p.5 globalização e desenvolvimento).

É neste contexto que ao pensar no futuro, a educação tem grande participação para o crescimento e desenvolvimento de uma nação. Portanto, apesar da educação pública no Brasil deteriorar-se, acredita-se na importância do papel do Estado como implementador da educação, desde a educação básica ao ensino superior. Deve-se seguir o exemplo dos países desenvolvidos que têm preocupação constante em melhorar seus sistemas de ensino. A educação será o principal atributo construído para assegurar o processo contínuo de preparação de recursos humanos diante das exigências e solicitações provocadas pela nova organização econômica mundial.

Segundo Cunha (1996), um dos grandes problemas para o desenvolvimento do mercado de trabalho em Santa Catarina são as deficiências no âmbito educacional, a pouca escolaridade durante os ensinos de primeiro e segundo graus, sobretudo, neste último, e o desaparecimento do Estado em relação às funções de planejamento, promoção e informação. Há falta de um projeto para Santa Catarina que catalise os esforços comuns de políticos em relação aos sistemas econômicos e sociais.

### **3.3 A educação permanente**

A educação permanente é conhecida como uma alternativa para extensão da escolarização, é uma maneira de reorganizar a educação permanente para os adultos.

O capitalismo trouxe para o trabalhador uma série conseqüência, pois a máquina eleva a produtividade do trabalho – é o trabalho vivo sendo substituído por trabalho mecânico. A inovação tecnológica constante tornou obrigatória a reciclagem periódica da força de trabalho. A reciclagem, como fenômeno que diz respeito à educação, constituiu a base a partir da qual se começou a pensar em educação permanente. No capitalismo moderno cada vez mais a mão-de-obra qualificada está sendo exigida.

Um aspecto de destaque é o crescimento do setor de serviços, onde existe uma migração da mão-de-obra dispensada das fábricas em virtude da implantação de

tecnologia na esfera da produção. É possível notar que esta mão-de-obra foi qualificada para atender um setor que estava demandando esse tipo de mão-de-obra e nisto se aplica o conceito de educação permanente.

Na década de 90 observou-se uma elevação tendencial na qualificação com a automação. Como consequência, diminuição do emprego na indústria, o que reforça o citado anteriormente: o deslocamento de mão-de-obra do setor secundário para o setor terciário, elevando o número de pessoas engajadas em atividades do setor terciário.

Este conceito de tendência se enquadra na teoria do capitalismo monopolista do Estado, onde:

“ Os adeptos da Teoria do Capitalismo Monopolista de Estado defendem a idéia de que a revolução Técnico-Científica implica a elevação da qualificação. A transformação da base técnica de produção seria inseparável de uma transformação nas funções e uma estrutura da força de trabalho no processo de produção, ligado portanto a uma elevação da qualificação da força de trabalho e a transformação nas relação de produção” ( Paiva, 1985; p. 99 ).

Há outros autores que defendem uma tese futurista como a de “ Tendência a Desqualificação” e afirmam que para o futuro seriam eliminadas as diferenças de qualificação entre os trabalhadores e intelectuais. O mercado chegaria a um grau tão elevado de exigência que não haveria uma diferenciação entre os cargos de auto nível e o de ligação direta com a produção.

Segundo Paiva (1985), esta tese até teria fundamento se fosse vista pela ótica da revolução técnico-científica, mas na ótica da economia capitalista não teria nenhum sentido. O que está ligado com a realidade de hoje é a tese da tendência à qualificação. Numa sociedade altamente desenvolvida e capitalista, na qual a automação da indústria e a mecanização da agricultura avançam constantemente liberando força de trabalho, é preciso pensar na qualificação exigida pelo setor terciário, que vai concentrar a maior parte da população economicamente ativa.

Nota-se que essas duas teses de tendência à qualificação e desqualificação, são aceitas de formas individuais para cada setor. O que se conclui de forma geral é que este é um mundo altamente capitalista, onde os indivíduos, no caso os trabalhadores, estão sempre correndo atrás da “máquina”. Isto significa dizer que o conhecimento dos indivíduos estará sempre abaixo do nível de conhecimento que a sociedade dispõe e que cresce rapidamente. Como exemplo, o setor de informática, que a cada dia, cria novos produtos, colocando-os no mercado a nível mundial. É neste contexto que o conceito de educação permanente aparece e está ligado às necessidades colocadas pela produção e circulação de mercadorias no mundo globalizado de informações.

### **3.4 Escolas da educação**

Algumas escolas que, direta ou indiretamente influenciaram as correntes de formação profissional serão conceituadas.

#### **3.4.1 O Estruturalismo**

Estruturalismo é uma teoria social e um método de estudo que adota uma posição totalizadora para o estudo dos fenômenos sociais, recusando o individualismo corrente nas posições anteriores.

O grande expoente do Estruturalismo é a Escola Francesa, liderada por Emile Durkheim, que diz que a natureza assim como a sociedade depende da existência de normas, regras, valores, ideologias e elementos globais que inferem lógica e estrutura coerente às condutas individuais.

Em termos conceituais, não é a parte que explica o todo, mas o todo que deve expor a parte. A consciência coletiva preexiste aos indivíduos, permanecendo como lógica e sistema, independente de fatores econômicos, biológicos e ambientais.

### **3.4.2 O Funcionalismo**

O Funcionalismo, pelo próprio nome, tenta aproximar a função da ocupação: “o modo de especialização, especialização e combinação das funções de um indivíduo, com referência ao que para ele constitua a base de uma oportunidade contínua de ganho ou lucro”.

Esta teoria trabalha com conceitos de adaptação, integração, sistema, equilíbrio, valores, socialização e padrões culturais. O sistema social é constituído pela interação de uma pluralidade de pessoas, mas a unidade mais significativa das estruturas sociais não é a pessoa, mas o papel a ser desempenhado.

O funcionalismo não leva em conta as mudanças sociais. As mutações neste campo são muito mais de reajustes que de recomposição do equilíbrio. Antes, a ordem social deve ser preservada, como princípio da unidade e integração harmônica das partes. Esta teoria conduz à concepção organicista da divisão do trabalho social, caracterizada pela reciprocidade de funções, pois, na realidade, um precisa do outro. Assim o homem é feito para cumprir funções no organismo social e para tanto deve ser treinado.

Segundo Marx, ao contrário, a divisão do trabalho é a origem de todas as contradições sociais e a raiz da alienação humana.

### **3.4.3 O estrutural – funcional na educação**

A divisão do trabalho surge como um processo natural, decorrente das aptidões individuais, bem como da necessidade do indivíduo de ser treinado para as diferentes profissões.

E. Durkheim (apud. Bastos, 1991) percebe a educação como meio para desenvolver aptidões particulares e conhecimentos específicos, em subordinação às relações, que se alteram constantemente. Está na educação o caminho para o

desenvolvimento das profissões que governarão o mundo dentro de um mundo capitalista pois é em função do acúmulo dos conhecimento que a produção será gerada.

Segundo Shumpeter (1982), está na inovação o alicerce do desenvolvimento econômico e é o empresário inovador que irá dar alavancagem para o desenvolvimento econômico. Para se chegar a esta inovação é necessário o acúmulo de conhecimento.

É em função da economia de momento que se direciona a educação, pois segundo a concepção funcionalista, a educação é o fator causal do desenvolvimento econômico e não consequência do social. Num mercado globalizado e tão competitivo e cada vez mais exigente, a qualificação profissional é o ponto chave para o desenvolvimento.

A concepção de Taylor é mecanicista, pois afirma que a melhor maneira de produzir é através de melhores recursos humanos e materiais.

“A modernização é concebida como processo de mudança social, pois transforma as sociedades. Esta teoria envolve aspectos econômicos, políticos, culturais e sociais, através da transformação das instituições de indivíduos” (Bastos, 1991; p. 21).

Os conceitos da organização e da modernização conduzem ao aumento da produtividade. Este processo exige padrões culturais e sobretudo o intercâmbio de áreas desenvolvidas com subdesenvolvidas. Os baixos índices de educação prejudicam a produtividade, pois caracterizam falta de internalização dos valores modernos e de habilidade técnicas.

A modernização é um processo de globalização das forças de trabalho e de consumo, onde quem faz parte do capitalismo deve obrigatoriamente atender a demanda globalizada.

### 3.4.4 Capital humano

A capacitação de recursos humanos é um conceito tão antigo como a história da humanidade.

Para Adam Smith (apud.Paiva.1985), o capital humano é a soma das habilidades de todos os habitantes. A aquisição é um custo, mais fornece um retorno de forma remunerada.

Paiva (1985) afirma que a teoria do capital humano encara a produtividade como função derivada da formação e qualificação profissionais. Procura justificar os investimentos em educação de um ponto de vista econômico, sem contudo atentar para aspectos sócios-culturais, tais como o nível de saúde, de habilitação e de motivação da força de trabalho.

De acordo com Bastos ( 1991), a teoria da educação examina dois blocos: a dependência da educação com relação ao mercado de trabalho e a concepção da escola como apêndice da empresa. Em termos conceituais, o investimento no homem é a fonte mais importante dos ganhos de produtividade. Trata-se de investimento pois retornará em forma de benefícios.

A teoria do capital humano não considera o trabalho como um valor em si, mas sua utilidade como se fosse uma mercadoria com vistas à satisfação das necessidades humanas. O capital, enfim, é constituído de máquinas, implementos, poços de petróleo, bem como de conhecimentos técnicos.

Para os marxistas, o capital quando meio de produção não é constituído por “coisas”, mas pela “relação social”. Só haverá capital quando os meios de produção forem apropriados individualmente e permitirem a participação no produto. O trabalho assalariado, é o resultado da penetração do capital (relação social ) no processo produtivo. O capital humano é uma ideologia do homem capitalista e o cerne da escola produzida por ele.

A teoria do capital humano considera o investimento educacional como algo benéfico ao indivíduo, pois o torna mais produtivo, oferecendo-lhe melhores condições para auferir uma melhor renda. O investimento educacional contribui para o aumento da produtividade da sociedade, pois proporciona a todos condições mais rápidas de acumular mais capital, incrementando a mais-valia. Assim, os indivíduos aumentam seus ganhos através do aperfeiçoamento.

O retorno do investimento na educação é mais da natureza das ocupações do que da melhoria da qualificação para o trabalho. Trata-se de mais um jogo do mercado de trabalho do que de uma busca pelo grau de escolaridade.

Uma análise mais ampla do social leva-nos a admitir que a educação por si só não pode alterar a estrutura ocupacional, determinada pelas relações de produção. Estas marcam a taxa de retorno, como excedente produzido pelo trabalho apropriado pelo capitalista e não pelo indivíduo.

A tese da economia da educação de que há uma taxa de retorno individual e social mascara o problema da diferença de equivalentes. O salário corresponderá, em seu valor, ao tempo médio socialmente necessário para o trabalho. Mas este salário é bem menor que o valor que o trabalhador cria no tempo pelo qual vendem sua força de trabalho. Sua maior produtividade, face à sua maior qualificação, não beneficia a ele, aumentando gradativamente seu salário, mas ao seu empregador, que se apropria da diferença, a mais-valia.

A educação é o melhor elemento a serviço do capital, pois promove o desenvolvimento, considerando o aumento exclusivo da produtividade.



### **3.4.5 A teoria crítica da Escola de Frankfurt**

Segundo Bastos (1991), a Teoria Crítica inicia a abertura para o idealismo e para a análise marxista, rejeitando os sistemas fechados, a-políticos, a-históricos e a-sociais. Ele comenta que os fatos não dependem apenas da natureza, mas do poder do homem.

A Escola de Frankfurt critica a ciência econômica transformada em economismo, apoiada no pensamento mecanicista e não-dialético, que não tem compromissos com o homem e com a sociedade. A economia moderna domina os homens, em vez de servi-los. As condições da produção são inadequadas, pois não são dirigidas à coletividade e nem satisfazem as necessidades individuais. O processo técnico, neste contexto, torna-se frágil. Em compensação, o pensamento exige independência. A sociedade racional pertence efetivamente a todos. Para tanto, é preciso usar a imaginação. Desta dimensão nasce o processo educativo que inclui a formação e a conscientização, gerada pela relação dinâmica entre teoria e prática, criando assim condições para uma nova realidade dialética da história.

A Teoria Crítica se inspira em Max e na práxis do marxismo. Tentou reinterpretar os métodos da análise marxista, a partir da realidade dos anos 30, retomando a idéia da verdadeira práxis aplicando-a à nova situação social. A crítica da educação, no contexto da Escola de Frankfurt, tem implicações diretas ou indiretas na teoria e prática da formação técnico-profissional.

### **3.4.6 A Pedagogia Radical**

A Pedagogia Radical também é mais uma escola dentro do conceito de escolas da educação. Esta teoria está centrada no processo crítico auto-consciente e parte da análise histórica que condena o positivismo e as teorias que a ele se vinculam, direta ou indiretamente.

Esta escola é contra a divisão do trabalho e tenta colocar a perspectiva do trabalho como elemento para alterar as relações de produção. A educação está voltada para este processo dialético, que afasta a escola da neutralidade, como fornecedora de conhecimentos e habilidades para o sucesso na profissão.

A Pedagogia Radical é crítica quando à Teoria da Reprodução, que considera a escola como forma de reproduzir e favorecer a sociedade dominante, como instrumento a serviço dos interesses do capital. A escola não deve ser considerada como espaço social, marcado pela interação dominante, acomodação e luta, mas como função para reprodução da força de trabalho. Teoria e prática são interligadas e não devem diluir-se uma na outra. A teoria é defendida por conteúdos de verdade e não pelas metodologias. A prática, por sua vez, tem seus fundamentos teóricos: uma necessita da outra pois ambas acumulam conhecimentos.

### **3.4.7 As críticas Brasileiras**

Esta teoria está relacionado a dois autores: Cláudio Salm e Gaudêncio Frigotto.

Salm (1980) demonstra claramente a autonomia do desenvolvimento capitalista com relação à educação e que há uma separação entre a escola e o trabalho, a educação e o processo produtivo. A escola, neste contexto, é simplesmente improdutivo:

“O capitalismo prescinde da escola, pois esta expande-se como se fosse uma esfera improdutivo e uma instituição ‘a margem do capital’ ( Salm 1980; p.26 ).

A tese do referido autor é contra a escola capitalista e patronal, sob a forma de capacitação profissional. Consequentemente contra a economia da educação e a teoria do capital humano. Segundo Salm (1985), a escola é “a construção da democracia”, tentando diminuir seus limites, a situação de inteligência a que está submetida grande parte da população brasileira.

Frigotto (1984) é contra as teorias econômicas aplicadas à educação e contra a teoria do capital humano. “A visão do mundo capitalista é antagônica aos interesses do trabalho”, afirma Frigotto, (apud. Bastos; p.27). O homem, segundo essa concepção, é um conjunto de faculdades para que o sistema funcione como um mecanismo organizado.

O que interessa é a necessidade do mercado. A educação, na visão capitalista, sobretudo na forma de profissionalização, é adestramento, em função da produção capitalista.

A tese de Frigotto contraria a de Salm, pois vê na educação vínculo com a produção capitalista: “tende a ser cada vez mais tênue, em face do movimento geral do capital de submeter de modo não apenas formal, mas real, o trabalhador produtivo às leis do capital”. “A história do capitalismo é um esforço crescente de degradação do trabalho e do trabalhador”.

Por outro lado, continua Frigotto: “o sistema capitalista é forçado a absorver tanto o aumento do acesso à escola quanto a elevação dos patamares escolares... como resultado da luta da classe trabalhadora pelo direito à escola, uma luta pelo saber”(apud.Bastos; p.27).

De fato, a classe burguesa não se contrapõe ao acesso à escola. O que efetivamente se nega são as condições objetivas, materiais, que facultam uma escola de qualidade e o controle da organização da escola.

A partir destas colocações, pode-se inferir que a escola caracteriza-se pela unidade do ensino com trabalho produtivo, pois o trabalho, em si, é um princípio educativo. A escola desqualificada ignora o saber acumulado do trabalhador; a escola qualificada toma por base a perspectiva e a realidade do trabalho.

Estas escolas apresentadas de forma sumária representam algumas linhas teóricas de escolas, que, direta ou indiretamente, influenciaram as correntes da formação técnico-profissional.

### **3.5 O Ensino de segundo grau profissionalizante em Santa Catarina**

No Brasil, o ensino técnico de nível médio originou-se da necessidade de suprimento de mão de obra melhor qualificada para os setores econômicos, principalmente o industrial e também para propiciar emprego a estudantes oriundos de famílias carentes.

Ao mesmo tempo em que se consolidava a industrialização brasileira e uma razoável modernização das atividades comerciais, buscou-se expandir a oferta de ensino profissionalizante. Para tanto, formaram-se organizações de ensino especiais preocupadas com o suprimento de mão-de-obra para setores industriais, comerciais e posteriormente, para o setor agrícola, de pesca, de transporte e outros.

Em 1942, o governo, preocupado em propiciar mão-de-obra qualificada a curto período de tempo, criou a primeira organização que consagrava o sistema dualista da educação brasileira, parceria entre o governo e a Confederação Nacional das Indústrias.

Inicialmente, chamava-se Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários e depois definiu-se como Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI. No mesmo ano, o SENAI foi ampliado para incluir em sua relação de escolas profissionais, o ensino de técnicas ligadas aos setores de transporte e comunicações. Determinou-se que o aprendizado profissional poderia ser implementado com aperfeiçoamento e especialização. Os tipos de escolas foram definidos entre as gerenciadas pelas empresas industriais e aquelas sob direta responsabilidade governamental. Foi o início da implantação das Escolas Técnicas Federais em muitas unidades da federação.

O governo criou em 1946, quatro anos após a criação do SENAI, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC. A estrutura organizacional era a mesma do SENAI, apenas diferenciado quanto ao setor de preocupação, o comercial. Portanto, a parceria era entre o Governo Federal e a ação Confederação Nacional do Comércio. Essas organizações escolares paralelas ao sistema de ensino tinham objetivos claramente

definidos por lei, de acordo com os interesses de utilização de mão de obra, geralmente oriunda das famílias de empregados.

A Lei nº 5.692 valorizou a profissionalização dos estudantes dando caráter de terminalidade em todos os cursos de segundo grau bem como condições de acesso aos cursos superiores.

Em Santa Catarina, nas décadas de 80 e 90, observou-se considerável aumento da demanda pelo ensino técnico profissionalizante, referindo-se às escolas técnicas federais, mais precisamente a Escola Técnica Federal de Santa Catarina, no qual houve um aumento surpreendente na demanda. O interesse pelo curso técnico se deu, principalmente, pela valorização de atividades técnicas, independentes do acréscimo da experiência do terceiro grau e pela qualidade o ensino implantado na escola.

Os setores dinâmicos da economia influenciaram os aumentos de demanda por cursos técnicos, como por exemplo o setor metal mecânico, eletroeletrônico, construção civil e principalmente o de informática lideram o ranque dos cursos mais procurados.

O ensino médio, técnico profissionalizante, apresenta problemas complexos e específicos. O custo-aluno é elevado, em razão de exigentes instalações, de elementos didáticos ( máquinas, ferramentas e insumos diversos) e de professores experientes quanto a conhecimentos e habilidades Os recursos que são fornecidos pelo governo federal cada vez mais são escassos, sem falar na demora para liberalização dos orçamentos, o que coloca em risco a qualidade do ensino técnico.

A educação tecnológica, com currículo centrado no trabalho tem sua origem na Europa Medieval, onde se desenvolveu um sistema de artesanato com formação de corporações de ofícios. Em Santa Catarina, a receptividade e necessidade da educação centrada no trabalho ficou evidente na evolução das comunidades colonizadoras, herdeiras da tradição da cultura tecnológica de países europeus.

No âmbito de novas unidades industriais e das atuais que se modernizam, a qualificação de recursos humanos para o diversificado universo de trabalho técnico tem sido preocupação constante de lideranças empresariais. Esta preocupação pressupõe a

grande relação entre setores empresariais privados e as administrações de estabelecimentos de ensino técnico profissionalizante.

As dificuldades para se ajustar a qualidade dos formandos de ensino técnico profissionalizante em relação às necessidades de setores empresariais, principalmente o industrial, são verificadas pelos administradores e educadores de estabelecimentos escolares, aqueles sob a dependência federal e do sistema SESC – SENAC.

Nos dia de hoje, está se discutindo o tempo necessário para se formar um técnico, haja visto que o mercado de trabalho exige com uma certa rapidez a formação de mão-de-obra qualificada, para suprir suas necessidades. O debate gira em torno do técnico formado pelas escolas técnicas, o qual leva em média de quatro a seis anos para se formar, enquanto que um técnico do SENAI leva em média dois a três anos. Isto coloca uma certa desvantagem do técnico formado pela escola técnica. Em compensação, o técnico da escola técnica é mais culto e obtém mais conhecimentos gerais como matemática, geografia, física e outras cadeiras, como também a prática, ainda, e um vasto conhecimento teórico.

Embora a expansão e melhoria do ensino técnico dependa da participação do Estado, nas grandes indústrias onde a capacidade competitiva é muito dependente das condições qualitativas de pessoal técnico já se tornaram comuns a montagem de esquemas próprios, dentro das empresas, para treinamento, atualização, reciclagem e estágios de aperfeiçoamento de mão-de-obra.

## **CAPÍTULO IV**

### **MERCADO DE TRABALHO**

#### **4.1 O mercado brasileiro ( uma síntese )**

Nos anos 80 e início dos anos 90 o mercado de trabalho brasileiro sofreu uma série de choques exógenos. A seqüência de choques teve início em fins de 70, com o aumento do preço internacional do petróleo e das taxas de juros reais internacionais.

O resultado foi um forte aumento do déficit do balanço de pagamentos. Várias políticas, então, foram implementadas para combater esse déficit. Medidas foram tomadas para baixar o nível de demanda efetiva. Por intermédio de uma rigorosa política monetária, desvalorizou-se a taxa real de câmbio e intensificou-se a proteção contra a concorrência estrangeira.

Após 1985 foram adotados controles e congelamentos de preços para diminuir a taxa de inflação, todos mal sucedidos. Por fim, no começo dos anos 90, congelaram-se os ativos financeiros, o que resultou num forte choque de demanda na economia.

A tabela 08 apresenta as variáveis macroeconômicas mais importantes da economia brasileira no período de 1974-1992. A escolha dos períodos foi determinada pela seqüência de choques externos e de políticas econômicas acima citadas.

**TABELA 08**  
**Brasil: comportamento macroeconômico (1974-1992)**

Período	Taxa de crescimento do PNB	Taxa de inflação	Conta comercial	Conta corrente	Gastos do governo PNB (%)	M2/PNB (%)	Taxa de câmbio real
1974-78	6,7	38,0	-2,45	-6,21	-	-	-
1979-80	7,92	93,7	-3,06	-12,00	-	-	-
1981-82	-1,86	97,5	0,68	-14,34	12,16	18,73	91,30
1982-84	0,88	217,4	9,48	-3,70	10,84	9,98	111,36
1985-86	7,42	150,1	10,18	-3,00	12,91	12,45	105,26
1987-89	2,41	1.078,7	14,98	0,75	16,07	7,46	84,84
1990-92	-0,40	1.038,2	12,54	-2,58	18,43	9,11	62,73

FONTE: Urani 1994:7-8.

NOTAS: taxa de crescimento do PNB: taxa média anual percentual, por período; taxa de inflação: taxa média anual por período; conta corrente: em S\$ bilhões, média anual por período; taxa de câmbio real 1980= 100.

## 4.2 O Estado e o mercado de trabalho brasileiro

O Estado tem a função de criar incentivos para estimular ou não, a atuação dos agentes econômicos no mercado de trabalho. As principais instituições do mercado de trabalho brasileiro foram introduzidas nos anos de 30 e 40 e consolidadas em 1943 num código trabalhista denominado Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A CLT é um conjunto de leis muito abrangente que regula quase todos os aspectos do contrato de trabalho no país. O código estipula a existência de contratos individuais e coletivos de trabalho e cria uma divisão especial da Justiça, a Justiça do Trabalho, responsável pela resolução de conflitos nos níveis individual e coletivo.

Segundo Camargo (1996), entre 1943 e 1995 foram efetuados importantes mudanças no código trabalhista. No nível dos contratos individuais, duas mudanças foram de grande importância. Primeiro, as normas referentes à demissão de pessoal foram modificadas em 1966, o que reduziu o custo das demissões e aumentou a flexibilidade. Segundo, criou-se um sistema de seguro-desemprego em 1986, financiado por um



imposto sobre a receita das firmas. Com a revisão da constituição em 1988, muitas outras mudanças foram efetuadas.

### 4.3 Composição da ocupação setorial do emprego

Na década de 90, como se pode verificar na tabela 3.2, a redução da participação do setor secundário na ocupação total, de fato, passou a ser comandada pela indústria de transformação e a principal contrapartida disso foi um “ulterior inchaço” dos serviços privados.

**TABELA 09**

#### **Composição da ocupação por setor de atividade, 1991-1995**

Anos	Extração mineral	Indústri. de transf.	Utilidade Pública	Constr. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária	Outros
Média									
1991	0.25	22.7	1.15	7.82	15.02	35.79	8.92	0.86	7.48
Média									
1992	0.24	20.94	1.15	8.10	15.00	36.78	9.41	0.86	7.51
Média									
1993	0.22	20.74	1.16	7.72	15.27	37.26	9.43	0.86	7.35
Média									
1994	0.25	20.04	1.09	7.85	15.44	37.94	9.26	0.90	7.22
Média									
1995	0.21	19.86	1.01	7.58	15.62	38.76	8.96	0.87	7.12

FONTE: PME/IBGE ( apud. Cunha, 1996).

No período de 1991 e 1995, o setor de serviços foi o que cresceu . Isto pode Ter acontecido devido ao inchaço do setor terciário no qual grande número de trabalhadores sem carteira assinada e que estavam desempregados passaram a produzir e a trabalhar.

Offe (1985) afirma que o fenômeno de crescimento do setor de serviços, está relacionado com a incapacidade do setor secundário da economia de absorver

continuamente o volume da força de trabalho disponível. O autor comenta ainda que a tese de que os serviços substituem o emprego industrial inadequado é certamente mais relevante para explicar programas de política econômica e de emprego em perspectiva do que para explicar mudanças estruturais. A expansão do setor de serviços pode ser interpretada exclusivamente ou principalmente do ponto de vista da absorção de uma oferta de força de trabalho.

“O atual crescimento do setor terciário em desenvolvimento é constantemente avaliado negativamente. A terciarização...é considerada um sinal de falso desenvolvimento. Argumenta-se que o crescimento relativo dos serviços é doentio porque reflete a ausência de desenvolvimento econômico, à medida que pressões populares induzem as pessoas a deixar o setor primário improdutivo. Elas migram para as cidades mas não podem ser absorvidas ao...setor manufatureiro” ( Offe, 1985; p.151 ).

O capitalismo está entrando numa fase histórica de desacumulação, pois cada vez mais aumenta o número de trabalhadores improdutivos, pois o sistema de trabalho assalariado está se contraindo e a acumulação do capital variável vai cessando lentamente.

O setor de serviços tem a função de gerar empregos, pois sua produção não é estocável e nem pode exportá-la, por isso não gera um crescimento de produtividade como de um bem que possa ser exportado e comercializado . Portanto, este setor é apenas gerador de serviços que contribuem meramente para a manutenção da circulação das mercadorias .

#### **4.4 Os avanços tecnológicos e o desemprego estrutural**

A flexibilidade dos direitos sociais relativos ao trabalho também encontra, como argumento a seu valor, a caracterização do desemprego enquanto um problema meramente estrutural. Por um lado, é verdade que o incremento atual do desemprego , em parte relaciona-se à alteração do padrão tecnológico vigente, produzindo mudanças na

ocupação produtiva da mão de obra e exigindo maior qualificação profissional. Por outro lado, a sua ascensão também se associa a questões conjunturais, como o abandono das estratégias políticas de pleno emprego e a ausência de políticas que propiciem amplo entendimento entre empregadores e trabalhadores. Ademais, não se deve desconsiderar que o problema do desemprego, enquanto um problema também estrutural, se relaciona aos chamados serviços rotineiros de produção, próprios da empresa de larga escala, tendo pouco significado os avanços da tecnologia no âmbito dos serviços pessoais. O serviço está em fase de grande crescimento no mundo inteiro. Como os índices de desemprego mais se intensificam nos chamados serviços rotineiros de produção não é difícil concluir o que o discurso da flexibilidade oculta: o propósito de padronizar o destino de toda e qualquer relação de emprego partindo da análise do impacto tecnológico em uma única realidade laborativa.

#### **4.5 Os modelos de flexibilidade**

A teoria da flexibilidade, segundo Reinaldo Pereira e Silva (1998), trata além da flexibilidade externa e interna. O discurso da direita também se volta à flexibilidade do tempo de trabalho e à flexibilidade salarial. Entre os exemplos de flexibilidade do tempo de trabalho, a Itália destaca-se com a redução das restrições que regiam o trabalho de dedicação parcial. Outro exemplo é a faculdade que a Espanha reconhece aos empregadores de organizar o tempo de trabalho ao longo de um ano. A proposta do Banco de Horas da Central Única dos Trabalhadores também serve de exemplo.

Por outro lado, um claro exemplo da flexibilidade salarial é a vinculação da remuneração do trabalhador aos êxitos da empresa, mediante participação nos lucros ou resultados. Nesse contexto, basicamente três são os modelos possíveis de flexibilidade dos direitos sociais relativos ao trabalho:

- O modelo impositivo ( em tese, o modelo da autonomia da vontade ), que pretende devolver ao empregador o poder de fixar unilateralmente as condições de trabalho, mediante a minoração ou a supressão dos direitos sociais;
- O modelo anglo-saxão, que, possuindo pouca legislação social, procede à adaptação dos direitos sociais por meio das negociações coletivas entre sindicatos patronais e de trabalhadores;
- O modelo negociado, consagrado pela Constituição Federal de 1988, que, não eliminando a previsão legal dos direitos sociais, permite aos trabalhadores e aos empregadores, mediante a autonomia dos sindicatos negociar novas condições de trabalho.

#### **4.6 A flexibilidade do mercado de trabalho**

Segundo Camargo (1996), o comportamento do mercado de trabalho é de grande importância para o desempenho de uma economia. Ele afeta o volume de empregos criados, as taxas de desemprego e de aumento da produtividade, o grau de conflito entre agentes, o montante dos investimentos em treinamentos e qualificação e muitas outras variáveis importantes que, juntas, determinam o desempenho econômico de um país ou de uma região. À relações entre estas variáveis os economistas chamam de flexibilidade do mercado de trabalho.

A flexibilidade depende do custo do ajuste às diferentes condições econômicas. Se o ajuste não tivesse um custo, a adaptação a mudança econômica exógena seria instantânea e a flexibilidade do mercado de trabalho não constituiria um problema. Mas, em geral, o custo do ajuste é elevado e difuso. Por isso leva tempo e a flexibilidade não é completa afirma ( Camargo, 1996 ).

A flexibilidade do mercado de trabalho tem muitas dimensões. As empresas podem ajustar sua força de trabalho reduzindo ou aumentando salários, demitindo ou contratando novos empregados, treinando e reciclando sua mão-de-obra, modificando a estrutura de produção e até modificando a estrutura de cargos. É o que mais acontece nos dias de hoje dentro das organizações, que estão buscando um novo sistema de reengenharia administrativa que visa a verticalização da estrutura das organizações.

Camargo (1996) afirma que o custo do ajuste e portanto, o grau e as dimensões da flexibilidade do mercado de trabalho, dependem de vasto conjunto de fatores. Um fator muito importante é a estrutura institucional que regula o comportamento do mercado de trabalho. As normas formais e informais que determinam a estrutura do contrato de trabalho, os incentivos criados para agentes e organizações, os sindicatos trabalhistas e organizações patronais, o grau de custo do cumprimento das normas e contratos desempenham um papel muito importante na determinação dos custos de ajuste e portanto, no grau e nas dimensões da flexibilidade do mercado de trabalho.

#### **4.7 Flexibilidade do emprego e mercado de trabalho**

Camargo (1996) afirma que um bom indicador do grau de flexibilidade do mercado de trabalho para se adaptar a choques exógenos é o modo pelo qual varia a taxa de desemprego aberto. Se a taxa de desemprego é relativamente estável e não varia muito com os choques, é sinal que o mercado de trabalho é flexível. Isto mostra que o ajustamento foi em grande parte absorvido pelas variações dos salários reais. Se a taxa de desemprego aumenta, o mercado de trabalho é rígido.

**TABELA 10**  
**Brasil: taxa de desemprego aberto**

Ano	Taxa de desemprego
1981	6.63
1982	5.82
1983	7.55
1984	6.73
1985	5.10
1986	3.89
1987	5.06
1988	4.98
1989	4.13
1990	4.28
1991	4.83
1992	5.97
1993	5.32
1994	5.06
1995	4.64
1996	5.47
1997	5.66
1998	7.67

FONTE: Revista Conjuntura Econômica – FGV e Pnad, IBGE

Segundo Camargo (1996) a taxa de desemprego no Brasil é uma das mais baixas e varia relativamente pouco, se comparada aos padrões internacionais. Embora o Brasil tenha passado por diversos choques políticos e econômicos no período de 1981 a 1998, a taxa de desemprego aberto variou de um valor mínimo de 3,89 % no ano (1986) a um máximo de 7,67%(1998) tabela 10. O período de ajustamento também não é muito longo . A taxa de desemprego subiu de 6,63% (1981) para 7,55% (1983), caindo rapidamente para 3,89% (1986) e novamente subindo para 7,67% (1998).

Baseado nestas informações, segundo Camargo, observando-se a evolução da taxa de desemprego aberto como indicador do grau de flexibilidade do mercado de trabalho, vê-se que o mercado brasileiro parece bastante flexível.

A teoria nos mostra que sempre que as instituições e regulações que regem o comportamento de firmas e trabalhadores são extensas, o mercado de trabalho é rígido. Rígido no sentido de que os salários reais variam pouco, a rotatividade da mão-de-obra é relativamente pequena, a duração do desemprego é longa e o mercado segmentado. Assim, o caso brasileiro é interessante devido a grande quantidade de normas e regulações; o mercado de trabalho é extremamente flexível. É verdade que o grau de segmentação do mercado de trabalho brasileiro é grande, mas os níveis de rotatividade da mão-de-obra e de mobilidade entre os setores formal e informal do mercado são consideravelmente altos.

#### **4.8 Desemprego no mercado de trabalho**

A situação do emprego no mundo é alarmante. Em todo o planeta, o já combatido mercado de trabalho passa por profundas transformações, muitas delas traumáticas, causadas pela globalização e pelo fantástico progresso tecnológico dos últimos vinte anos.

O atual processo de acumulação capitalista prega o uso intensivo de informação, a horizontalização das grandes unidades produtivas e o sistema de produção flexível provocando mudanças relevantes na relações com fornecedores. Exige, ainda, transformações rápidas no mercado de trabalho, demandando grande variedade de habilidades: flexibilidade, soluções criativas, alto grau de engajamento na empresa e capacidade para tomar conhecimento de todo o processo produtivo.

As crises econômicas são caracterizadas pelo fato de gerarem desemprego e subemprego como fenômenos de massa. Os governos e sindicatos de todos os países capitalistas desenvolvidos concordam que a assistência a essa massa desempregada deve ser prioritária na política governamental.

Cunha (1996) afirma que a exata medição do desemprego é quase que uma missão de desperdício de tempo, que poderia ser empregada na montagem e execução de uma política ativa para o desenvolvimento industrial e para geração de empregos.

Ademais, como a dispensa de mão-de-obra continua a cada momento, detectar-se-ão mudanças quantitativas e qualitativas no quadro de desemprego.

As causas para dispensa de mão obra:

- **Estrutural:** novas tecnologias poupadoras de mão-de-obra e a adoção de métodos modernos de gestão que produzem forte poupança de mão-de-obra;
- **Conjuntural:** pela política econômica restritiva que evita a expansão da economia e privilegia os ajustes macroeconômicos. Assim, os baixos níveis de crescimento resultantes são insuficientes para gerar novos empregos e mesmo manter os postos de trabalho já conquistados.

#### 4.9 Mercado de trabalho informal

Segundo Camargo (1996), a taxa de desemprego se mostrou pouco sensível a flutuações do nível de atividade devido a capacidade dos segmentos informais do mercado de trabalho na absorção de eventuais excessos de mão-de-obra para o segmento formal, excesso estes provocados pela rigidez salarial do segmento.

Em 1990, apesar da relativa estagnação que caracterizou a década como um todo, o grau de informatização do mercado era praticamente idêntico ao de 1981, ou seja, “embora que as participações dos segmentos na ocupação total tenham variado de forma contra cíclica ao longo da década de 80, essas variações foram ainda menos importantes que as verificadas na taxa de desemprego”, afirma Camargo.

Podemos dividir o comportamento do setor informal em dois momentos distintos:

- a primeira metade dos anos 80, quando os segmentos informais do mercado de trabalho funcionaram apenas parcialmente como colchões, no sentido de



que seu inchamento foi concomitante a um importante aumento da taxa de desemprego;

- a Segunda metade da década, quando as trajetórias das participações dos dois segmentos do mercado de trabalho considerados informais na força de trabalho foram opostas. Isto ocorreu num período em que os diferenciais de salários entre os dois segmentos e o formado por empregados com carteira assinada estavam diminuindo. Os resultados sugerem que a lógica da determinação do nível de ocupação difira profundamente entre os dois segmentos: enquanto que os empregados sem carteira são essencialmente trabalhadores racionados no mercado formal de trabalho, o que significa que o tamanho relativo do setor é determinado pelo lado da demanda, os trabalhadores por conta própria parecem ser indivíduos que optaram pelo não-assalariamento, o que implica que seu tamanho relativo seja determinado pelo lado da oferta.

Na década de 90, uma mudança neste panorama pode ser notada (tabela 11).

**TABELA 11**  
**Composição da ocupação por posição, 1991-1995, SC**

Anos	Com carteira	Sem carteira	Conta própria	Empregadores
Média 1991	53.45	22.51	19.95	4.09
Média 1992	51.40	23.68	20.85	4.07
Média 1993	50.50	24.53	20.93	4.04
Média 1994	48.81	25.51	21.75	3.93
Média 1995	48.26	25.70	21.86	4.17

Fonte: PME/IBGE. Apud.Cunha,1996.

Entre 1991 e 1995, a participação dos trabalhadores dos setores formais (com carteira assinada) e de trabalhadores dos segmentos informais (sem carteira assinada, conta própria) fez com que praticamente não houvesse uma elevação na taxa de

desemprego neste período. Este fenômeno pode ser explicado pelo “inchaço” do setor informal de trabalho: a participação dos trabalhadores sem carteira assinada na ocupação total aumentou mais de três pontos percentuais e a dos trabalhadores por conta própria quase dois pontos.

Outro motivo para a taxa de desemprego não ter aumentado consideravelmente durante a primeira metade da década de 90 foi a diminuição da taxa de participação, ou seja, da proporção de pessoas em idade ativa que trabalhavam ou procuravam trabalho.

#### **4.10 A reação contra o modelo típico de relação de trabalho**

O mercado de trabalho no Brasil e no mundo compreende, guardando as devidas proporções, três modelos de relação de trabalho: a) o modelo típico, que congrega os trabalhadores do setor formal da economia e cujos atributos essenciais da relação de trabalho são o contrato de duração indeterminada, a jornada de tempo completo, a vinculação a um único empregador e a proteção contra dispensa desmotivada; b) o modelo quase-típico, que abrange os trabalhadores de empresas subcontratadas mediante a terceirização, tendo como regra geral salários e condições de trabalho muito mais precários do que os dos trabalhadores contratados no modelo típico, c) o modelo atípico, ou modelo dos excluídos, concernente aos subempregados no setor informal da economia. Os desempregados, enquanto excluídos, também se inserem neste último modelo.

As empresas flexíveis exigem um mercado de trabalho igualmente flexível, com modelos legalmente desregulamentados de relação de trabalho e regulados somente pelas regras da autonomia da vontade.

No Brasil, durante a década de 90 e mais acentuadamente nos anos mais recentes, houve grande aumento do grau de informalidade das relações de trabalho. Houve, também, significativo aumento do número de trabalhadores por conta própria,

como no caso do comércio ambulante, cujo grau de competitividade não se compara a nenhum outro setor econômico.

Segundo Silva (1998), o emprego no setor é mais competitivo do que no setor formal, dentre outras razões, porque não há contrato de trabalho. Um dos determinantes do aumento do setor informal da economia, segundo relatório do governo federal “é o descrédito do empresariado no poder de fiscalização do Estado” Silva (1998). Dessa maneira a informalidade no mercado de trabalho passa a ser uma alternativa real à queda da participação dos trabalhadores no setor formal. Impondo as regras jurídicas de um mercado desigual, nos termos da constituição liberal, a realidade brasileira atual demonstra, ao mesmo tempo, evidente fragilização das relações trabalhistas e o decorrente agravamento das características da pobreza.

#### **4.11 O mercado de trabalho catarinense**

Santa Catarina, desde o início de sua formação econômica, teve por função suprir núcleos exportadores do sistema econômico brasileiro como um todo, ou servir de território de passagem para cumprir tal função.

A economia catarinense ocupava no passado a posição periférica dos grandes e médio centros de transações econômicas do país. Isto fez com que o Estado assimilasse melhor a sua estrutura geo-econômica e adotasse uma política de compartimentação da sua estrutura econômica em diversas estruturas regionalizadas.

A geração de seu excedente econômico, responsável por um dinamismo que foi até à montagem de um parque industrial de razoável significado, foi de início de origem agrícola e canalizado pelo comércio impot-export.

Hoje Santa Catarina é reconhecida como um estado de grande importância no cenário econômico brasileiro pelo seu pólo de desenvolvimento onde alguns setores se destacam na realização do PIB nacional, como podemos observar na tabela 12.

**TABELA 12****Variação setorial do PIB catarinense, 1990-1995 (%)**

Ano	Primário	Secundário	Terciário
1990	7.40	-6.60	-2.40
1991	-5.60	2.00	2.10
1992	23.98	-3.24	-0.10
1993	-1.33	7.46	3.53
1994	5.43	4.71	4.09
1995*	1.95	5.67	5.93

Fonte: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Integração

Ao mercosul/DIGE/GERES.

Estimativa Preliminar de PIB de Santa Catarina, 1995.

\* Estimativa

O crescimento do PIB estadual foi da ordem de 18,1% entre 1990-1995, ou seja, 3,4% a.a. No mesmo período, o PIB nacional aumentou em 14,1% ou 2,7 % a.a .

O setor industrial cresceu pouco abaixo da média, 17,3%, enquanto a agropecuária acusou um excelente desempenho, 24,1%, em razão dos resultados extraordinários assinalados em 1992 (23,98%).

Segundo Cunha (1996), os setores catarinenses produtores de bens físicos, o agropecuário e o industrial, detêm participações, nos respectivos produtos internos nacionais, superiores à média da contribuição do estado de Santa Catarina junto ao PIB global brasileiro. O contrário ocorre com o terciário, no qual o estado de Santa Catarina permanece com baixa presença, somente 2,74% do PIB setorial nacional.

Cunha (1996) afirma que Santa Catarina não tem sua economia tão terceirizada como os demais estados em igual estágio de desenvolvimento. Isto se atribui a cultura industrial que foi implantado. Portanto, o estado de Santa Catarina tem um parque especializado na agropecuária e indústria, sobretudo na indústria geral ( extrativa e de transformação).

O setor industrial catarinense, em comparação à década de 70, apresentou um crescimento bastante tímido, mas este ritmo de crescimento foi observado em todo o país. Com a redução do consumo de carvão no início dos anos 80, as atividades extrativas minerais obtiveram o pior desempenho econômico do país.

#### **4.12 Emprego e desemprego em Santa Catarina**

O Estado de Santa Catarina, como o resto do mundo vem passando por uma redução de empregos. O desemprego é um problema mundial e conforme o grau de desenvolvimento do país este problema agrava-se cada vez mais aumentando as distorções sociais.

Entre os fatores que agravam a questão do desemprego estão a baixa escolaridade da mão-de-obra, a informalidade do trabalho e a precária rede de proteção social (saúde) que cerca a população. O Brasil por ter características de desenvolvimento da economia em atraso, enfrenta grandes problemas relacionados à modernidade.

No período de 1986 até 1993 foram dispensados quase 36 mil trabalhadores da indústria, enquanto que ocorreu o aumento demográfico de mais de 550 mil habitantes.

O setor de serviços, que tem por característica grande absorvedor da massa de mão-de-obra dispensada do setor industrial, não conseguiu gerar novos empregos, capazes de neutralizar os elevados níveis de demissão. Outro fato que elevou o nível de desemprego foi a elevada demissão causada pelas instituições financeiras.

Segundo Cunha (1996), o avanço do setor de serviços não tem decorrido das exigências de demandas para atender uma economia em fase de intenso dinamismo e de diversificação da estrutura produtiva. É muito mais um comportamento defensivo diante da falta de alternativas de oportunidades de empregos formais. Com isso se explica a abertura de grande número de novas microempresas em períodos de recessão e de baixa atividade econômica.

No Estado de Santa Catarina um dos setores que mais demitiu mão-de-obra foram as indústrias têxteis, influenciadas pela abertura às importações e também pelo alto grau de tecnologia. O segundo expulsor de mão-de-obra foi o gênero de minerais não-metálicos, em razão dos novos padrões gerenciais adotados, da intensa incorporação de tecnologias modernas, além do fechamento de unidades produtivas mas obsoletas, no caso situado na região sul do estado ( Criciúma, Tubarão, Urussanga, Araranguá, Orleans, Imbituba e Laguna). Percentualmente, foi o segmento que mais demitiu: 27,1% do estoque existente em janeiro de 1992.

O crescimento da produção industrial brasileira nos últimos quinze anos totalizou 27,2%. Somente dois estados suplantaram esta média, Minas Gerais e Santa Catarina, com aumentos de 41% e 40%, respectivamente. Em ordem decrescente, Pernambuco e Rio de Janeiro foram os estados com menor nível de crescimento.

Podemos destacar na tabela 13 os desempenhos na contratação de mão-de-obra de algumas empresas catarinenses ligada aos setores têxtil, cerâmica, metal mecânico e plásticos.

**TABELA 13**

**SANTA CATARINA- pessoal ocupado em empresas selecionadas, 1991-1995.**

Empresa	Pessoal Ocupado			Variação 1991-1995
	1991	1992	1993	
Fundição Tupy	4.975	4.257	3.875	-1.100
Cecrisa	5.800	3.960	2.005	-3.795
Tigre	4.464	3.177	2.861	-1.603
Sulfabril	5.424	-	4.051	-1.373
Teka	6.111	6.526	4.672	-1.439
Têxtil Hering	9.670	9.334	5.863	-3.807
TOTAL	36.444	-	23.327	-13.117

FONTE: EXAME. Melhores e Maiores, 1991, 1993 e 1995.

O índice de pessoas ocupadas em Santa Catarina decresceu em todos os setores, principalmente no setor têxtil, confirmando o que fora questionado anteriormente.

O Estado de Santa Catarina, embora exiba melhor desempenho do que a média nacional, apresenta fragilidade em seu parque produtivo. Sobretudo, pela perda de competitividade do complexo industrial de têxtil e confecções. Outro setor com fraco desempenho é o de minerais não metálicos. As industriais de materiais elétricos, de mecânica, de metalurgia, de papel e papelão e de matérias plásticas contribuíram decisivamente na composição da taxa de crescimento dos últimos cinco anos.

Com o surgimento do fenômeno da globalização, as indústrias catarinenses tiveram que se reestruturar para se adequarem num mercado altamente competitivo. Cunha (1996) faz uma síntese em seus estudos sobre a competitividade de doze setores industriais:

⇒ Setores competitivos:

- abate de suínos;
- abate de aves;
- processamento de soja;
- papel e celulose.

⇒ Setores com deficiência de competitividade:

- têxtil;
- confecções;
- cerâmica de revestimento;
- laticínios;
- software;
- móveis;
- metal mecânico( grandes empresas especializadas (competitivas) e autopeças)
- matérias plásticas.

O setor competitivo apresenta uma grande produtividade que atinge o mercado interno e o mercado externo com uma tendência à oligopolização. Cunha (1996), nos afirma que grandes grupos estão adotando expressivos planos de investimentos para

assegurar suas posições no mercado, para ganhar grande porte e melhor competir no mercado internacional, principalmente no MERCOSUL.

Os setores com deficiência competitiva particularizam-se pela fragmentação produtiva. São empresas das mais variadas escalas, estágios tecnológicos e organizacionais e diferentes graus de produtividade.

Os setores mais deficientes são o têxtil e o de confecções, em razão da perda de competitividade nos mercados internos e externo. Em ambos os setores há forte tendência de transferência de atividades mais intensivas em mão-de-obra para outras regiões e países com menores custos de pessoal.

A indústria de móveis é orientada para a produção de móveis domésticos está centrada no pólo de São Bento do Sul. Muito embora sinta a retração do mercado interno, foi bem sucedida na busca de espaço no mercado internacional.

O setor cerâmico é um setor que apresenta um alto grau de tecnologia. Santa Catarina lidera a oferta nacional e seu parque industrial é considerado um dos mais atualizados em relação ao mercado internacional.

O setor metal mecânico apresenta duas características: as empresas de grande porte, se especializadas são competitivas, enquanto as de autopeças e as demais unidades apresentam uma competitividade restrita.

A indústria metal mecânica foi a que mais cresceu nos últimos quinze anos e a que mais apresentou transformações positivas e negativas. A indústria é formada de segmentos de ponta de nível mundial, possuindo unidades de médio e grande porte, modernas e competitivas, ao lado de pequenas e médias empresas, com deficiências e com problemas estruturais.

O Estado terá que melhorar os incentivos para atrair novos investimentos e desenvolver uma política para a retenção dos grandes projetos dos grupos empresariais catarinenses. O Programa de Desenvolvimento Industrial Catarinense (PRODEC) é um



programa elaborado para incentivar as empresas à implantação e expansão reativando empreendimentos industriais e agroindústrias. É preciso que os projetos elaborados pelo PODEC, sejam gerenciados e direcionados para agroindústrias, para o setor têxtil e a indústria automotiva para que possa minimizar os efeitos negativos da economia.

#### **4.13 Turismo**

Atualmente, a principal atividade econômica do mundo desenvolvido se concentra no setor de serviços sejam eles bancários, de comunicação, de transportes e especialmente de lazer. Com a mudança de expectativa de vida de 60 para 75 anos, o tempo livre será maior, portanto, haverá maior disponibilidade de desfrutar o tempo livre atribuído ao lazer, principal vertente do turismo.

O turismo é prestação de serviços e o conceito que compreende todos os processos, especialmente o econômico, é a entrada e permanência por um certo período de tempo de pessoas na cidade, estado ou até mesmo país, provenientes de outras províncias para passear ou até mesmo para executar um trabalho, como por exemplo a participação de algum evento.

#### **4.14 O turismo em Santa Catarina**

O Brasil, por possuir uma diversidade cultural e natural em todo seu território, possui um imenso litoral; as praias são os melhores cartões postais do Brasil. Por sua riqueza e diversidade, o patrimônio natural catarinense guarda inúmeras oportunidades, tanto para turismo quanto para os grandes investidores.

Turismo é visto como uma forma alternativa para melhorar a fonte de renda de muitas pessoas do litoral e do campo, que através do turismo rural coloca sua propriedade e toda a sua infra-estrutura a disposição do turista que ali frequenta.

O litoral de 530 Km de extensão tem lindas praias de areias brancas e águas cristalinas, costões, baías, enseadas e lagoas, reunindo desde antigas colônias de pescadores até os mais sofisticados balneários com completa infra-estrutura turística. Também podemos destacar as águas termais consideradas pelos especialistas como sendo das melhores do mundo.

A região Serrana, também próxima ao litoral, é de uma beleza exuberante, onde, além do turismo rural há majestosa serras, como a do Rio do Rastro, excelente opção na área do turismo ecológico.

O vale do Itajaí, região de colonização, arquitetura e comida típica germânicas, já consolidou o mês de outubro como mês das festas. A mais famosa delas é a Oktoberfest, maior festa alemã da América da qual participam mais de 1.000.000 (um milhão) de pessoas.

A política governamental é feita através da SANTUR- Santa Catarina Turismo S.A . , que coordena a maioria dos programas e promoções turísticas do estado.

A indústria do turismo é um grande potencial em geração de renda e empregos. Dentro deste contexto de deslocamento, podem ser destacados e analisados alguns dados levantados pela SANTUR, no período de 1996 a 1998 ( tabela 14).

**TABELA 14**

**Santa Catarina – movimento estimado de turista**

Origem	1996	1997	1998
Nacionais	1.443.340	1.997.620	1.671.376
Estrangeiros	117.679	266.816	153.669
Total	1.516.019	2.264.436	1.825.045

Fonte: Santur/ Gerência de Planejamento.

O movimento de turistas provenientes dos estados vizinhos no período de 1996 a 1998 demonstra a grande demanda turística apesar da crise que assola o país . A maioria dos visitantes são dos estados do Paraná e do Rio Grande do Sul. Também devido ao custo da viagem para o exterior o turismo nacional passa a crescer a patamares jamais vistos. Os estrangeiros são uma fatia de consumidores muito atraente pois segundo dados levantados pela SANTUR, a taxa de permanência em média é superior a dos brasileiros e sobressai no gasto médio.

A atividade turística está em fase de desenvolvimento e crescimento acelerado no estado. A rodovia MERCOSUL começa a ser realidade – os altos investimentos em marketing e em infra-estrutura estão colocando o Estado de Santa Catarina na rota dos mais procurados por turistas provenientes dos países vizinhos e de todo o Brasil.

## **CAPÍTULO V**

### **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA MÃO-DE-OBRA E O MERCADO DE TRABALHO**

#### **5.1 Escola Técnica Federal de Santa Catarina**

Em 1º de setembro de 1910 a Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina iniciou suas atividades, criada pelo decreto nº 7566 de 23 de setembro de 1909.

A pequena escola, com matrícula inicial de 100 alunos, começou sua atuação junto à comunidade catarinense oferecendo cursos nas áreas de ferraria e serralheria mecânica, carpintaria, encadernação e tipografia.

Ao longo do tempo, o estabelecimento de ensino passou por sucessivas e importantes mudanças estruturais, sob a seguinte denominação:

Liceu Industrial de Florianópolis (1937);

Escola Industrial de Florianópolis (1942);

Escola Industrial Federal de Santa Catarina (1965);

Escola Técnica Federal de Santa Catarina (1968);

A escola apresenta hoje uma vasta área de polarização, com Unidades de Ensino sediadas em Florianópolis, São José, Jaraguá do Sul e Joinville.

## 5.2 A década de 40

Durante a Segunda Guerra Mundial, a indústria catarinense teve um novo incremento como processo de substituição das importações. A urbanização, acelerou cresceu o poder do empresariado industrial e aumentou significativamente o número de operários. A criação da primeira escola do SENAI em Santa Catarina, em 1945, deu-se através de um acordo com a Escola Industrial de Florianópolis.

O problema da evasão e do desnível entre o número de profissionais formados pela escola e a demanda das indústrias locais foi um dos fatos preocupantes. Em 1946 tentou-se como medida paliativa para o problema a volta do pagamento pelos trabalhos executados pelos alunos. Também a falta de especialistas para ministrar aulas nas oficinas foi bastante grande e começaram a aproveitar os ex-alunos como professores.

Nesta época a escola prestava serviços a diversas instituições principalmente na área da tipografia. Suas oficinas produziam todos os impressos utilizados pelos Correios e Telégrafos e por diversas escolas da região, como o Colégio Catarinense e o Colégio Coração de Jesus.

Em 1962 a Escola tinha uma estrutura administrativa bastante simplificada: Direção, Secretaria, Conselho de Representantes, um Tesoureiro, um Contador, um Coordenador Geral de Ensino e um Supervisor das Oficinas. A Escola já estava livre da centralização administrativa em nível federal imposta pela Lei Orgânica do Ensino Industrial de 1942. A Lei 3552 de 1959, trouxe significativas e profundas reformas ao ensino industrial. O excesso de centralização deu lugar à autonomia didática, financeira e administrativa.

No momento atual, a escola tem como um dos seus objetivos garantir a seus alunos uma formação profissional que esteja em sintonia constante com as transformações e os avanços tecnológicos. A avaliação periódica dos cursos e a criação e implantação de outros que venham ao encontro das necessidades emanadas do próprio mercado do trabalho, oferecendo ao educando as condições plenas de ingresso com sucesso no campo profissional, são alvos da escola.

Portanto, é objetivo deste trabalho, analisar os cursos oferecidos pela ETF-SC, relacionado-os com o mercado de trabalho catarinense, verificando se o objetivo da escola está sendo atingido ou não.

### **5.3 O trabalho das oficinas**

Constituía renda da escola o produto dos artefatos que saíam das oficinas e o das obras e consertos nelas realizados. Com a renda arrecadada pela escola eram adquirido os materiais necessários para os trabalhos das oficinas, complementando as verbas oficiais. Havia anualmente uma exposição de artefatos das oficinas da Escola para julgamento do grau de adiantamento dos aprendizes e distribuição dos prêmios aos mesmos.

O Liceu Industrial, no final da década de 30, mantinha as seguintes oficinas: Mecânica ( serralheria, fundição , modelação) , Tipografia , Encadernação , Artes Decorativas , Carpintaria, Marcenaria e Alfaiataria. Além do ingresso num dos cursos, após aprovação no exame de admissão o aluno era submetido a um rodízio, num chamado Curso Pré-Vocacional, a exemplo do que já acontecia na Escola de Aprendizes Artífices. Na verdade a duração dos cursos oferecidos no Liceu era de 06(seis) anos : 02(dois) pré-vocacionais e 04(quatro) profissionais. Os pré-vocacionais tinham por objetivo sintonizar o aluno no campo da aptidão vocacional. O nível intelectual do aluno poderia determinar, também, o seu ingresso diretamente no 2º ano do pré-vocacional. Matemática, conhecimentos gerais e o teste vocacional eram o conteúdo do exame de admissão da época. Após o período pré-vocacional o aluno era encaminhado ao curso profissional. Havia também aulas de cultura geral: Português, Aritmética, Desenho, História, Geografia, Instrução Moral e Cívica e Tecnologia, dentre outras.

Na então Escola de Aprendizes Artífices e no Liceu Industrial de Santa Catarina eram os seguintes os níveis de ensino:

1º ano: pré – vocacional ;

2º ano: pré – vocacional;

1º ano: profissional;

2º ano: profissional;

3º ano: profissional;

4º ano: profissional;

O aluno para se formar na escola industrial tinha que permanecer no mínimo seis anos na escola, ou até concluir todos os níveis de ensino.

Havia , além das oficinas , dois cursos: o de Desenho, obrigatório para todos os alunos, e o Primário, obrigatório para todos os que não exibiam certificados de exame final nas escolas estaduais e municipais. O regime da Escola era de internato.

#### **5.4 O internato**

No final da década de 30, a remodelação do ensino técnico aliado ao desenvolvimento econômico industrial do estado, faz com que a escola , comesse a se mostrar atrativa a alunos de diversas regiões. Anteriormente destinada a alunos da região da grande Florianópolis passou a receber alunos do interior que através do regime de internato tinham a possibilidade de frequentá-la. O processo de internato foi uma iniciativa da própria direção da escola com a participação da administração pública municipal e estadual.

Os alunos recebiam dos seus municípios ou do estado uma espécie de bolsa de estudos para custear suas despesas. O sistema de internato funcionou até o final dos anos 60, quando o refeitório da escola foi desativado e passou a servir à Universidade Federal de Santa Catarina.

### 5.5 Características marcantes dos alunos da escola

A grande maioria dos alunos matriculados na escola desde 1910 até mais ou menos o final da década de 40 tem características comuns. São alunos provenientes de uma classe social economicamente carente. Têm um objetivo definido – a conquista de uma profissão. São meninos interioranos, simples, compenetrados e compreensíveis que deixavam suas famílias e vinham se matricular na escola, na condição de aluno subvencionado.

Na década de 40 a escola obteve o estigma de escola para menor carente e marginalizados. Foram registrados casos em que a LBA ou o juiz de menores determinaram o internato, de menores abandonados, subvencionados por bolsas de estudo oferecidas pelo governo do estado. Aproximadamente a metade dos alunos eram subvencionados por bolsas de estudo.

Na década de 80 e 90, o perfil do aluno matriculado na Escola Técnica Federal de Santa Catarina, apresentou uma grande mudança. Em função da crise econômica nos dias de hoje, no qual as classes mais afetadas são sem dúvida nenhuma a classe média e a classe média baixa, com salários congelados e o poder aquisitivo caindo cada vez mais, houve um aumento de procura pelo ensino público como alternativa para proporcionar aos filhos um ensino de qualidade. Portanto, uma grande parte dos alunos matriculados na ETF-SC provêm de escolas particulares da região. Este fenômeno pode ser caracterizado principalmente na unidade sede, situada em Florianópolis, que apresentou no decorrer dos últimos anos uma elevação na demanda de alunos provenientes de escolas particulares da região, como por exemplo, o Colégio Coração de Jesus e Colégio Catarinense, ambos com grande expressão na região florianopolitana.



O aluno carente que não teve acesso a uma escola de qualidade e sempre estudou em escola pública se sente ameaçado por estes alunos que migram de escola particulares para a ETF-SC. Assim como o vestibular, o teste de seleção aplicado para ingressar na escola é seletivo, muito abrangente e consistente. Já existem cursos preparatórios assim como os cursinhos pré-vestibulares, destinados a pessoas com um certo nível de renda, portanto, de difícil acesso para pessoas de nível de renda mais baixo.

Portanto, o perfil do aluno matriculado na ETF-SC está sofrendo mudanças muito grandes, entrando em contradição com aquele perfil dos alunos matriculados nas décadas de 40\50\60 e 70, que eram carentes e interioranos.

Com o objetivo de propiciar ao aluno carente a oportunidade de ingressar no ensino técnico profissionalizante, a escola elaborou e executou um projeto de atuação que objetivou selecionar candidatos cujas situações sócio-econômicas não permitiam efetuar o pagamento da taxa de inscrição do Exame de Classificação.

## **5.6 Os cursos técnicos**

Os cursos técnicos iniciaram na escola em 1962 com a implantação do curso Técnico Industrial de Máquinas e Motores e de Desenho Técnico. Os alunos concluintes dos respectivos cursos recebiam certificado equivalente aos dos demais cursos existentes no Brasil – Científico, Clássico e outros. Para que o aluno tivesse acesso a um diploma de técnico industrial deveria cumprir um estágio em indústria com duração de um ano , equivalente à 4ª série do curso.

A última turma de técnicos em Máquinas e Motores e em Desenho Técnico formou-se em 1969. As últimas matrículas nos referidos cursos datam de 1967.

Posteriormente e dentro daquilo a que se propunha a escola, a formação de técnicos e a matrícula do ginásio industrial foi sendo gradativamente reduzida, tendo a última turma se formado em 1973. Surgiram, com conseqüência, novos cursos técnicos: Agrimensura(1966), Mecânica(1968), Eletromecânica(1968), Edificações(1969), Eletrotécnica ( 1971 ) e Estradas (1978).

As relações entre a escola e o parque industrial catarinense atingiram um grau considerável de complexidade. Havia necessidade de um órgão específico dentro da escola para assumir tais funções. Criou-se então o SIE-E – Serviço de Integração Escola – Empresa, que tem a função de verificar, se o mercado de trabalho está demandando os técnicos formados pela escola, assim como verificar qual é a exigência do mercado de trabalho.

Os cursos oferecidos pela escola ao longo de sua existência são cursos que, de uma maneira geral nos retratam as fases de desenvolvimento econômico que foi sendo implantado no país, mais precisamente no estado de Santa Catarina (tabela 15).

A escola acompanhou a aumento da capacidade produtiva que ocorreu no período de 1914 a 1945, com a consagração da primeira Guerra Mundial. O período se caracterizou pela transição entre os estágios de predominância das indústrias artesanais para os têxteis de pequeno porte.

Com a implantação da política de substituição de importações o setor industrial diversificou-se principalmente nas bases da indústria metal mecânica.

No auge da industrialização nacional, mais precisamente no período de 1956 a 1962, ano em que o PIB brasileiro cresceu a taxas de 7,0% e o Produto Industrial em cerca de 11,3 % a escola, em meio a este contexto de euforia, deu início a implantação de

cursos técnicos, como: Mecânica, Agrimensura, Edificações, Eletromecânica e Desenho Técnico Industrial ( tabela 15).

O desenvolvimento industrial baseado no Plano de Metas na década de 50, o período do milagre brasileiro na década de 70 e as crises brasileiras nas décadas de 80 e 90, tiveram influência na forma de se educar e até na oferta de cursos profissionalizantes voltados para a realidade que se apresentava .

Portanto, a escola passou por períodos de grande transição política e econômica, por políticas que direta ou indiretamente ocasionaram mudanças no mercado de trabalho, criando ou até desativando cursos, na medida em que o mercado de trabalho foi se transformando; a escola sempre se preocupou em fornecer para o mercado mão-de-obra qualificada .

Na atual conjuntura econômica a Escola Técnica Federal de Santa Catarina tenta renovar seus cursos, apostando na educação e na implantação de tecnologia adequando-os ao novo paradigma tecnológico envolvido num processo de automação industrial e diversificado.

É importante destacar que a escola acompanhou os movimentos cíclicos da economia em desenvolvimento no estado e até no país, proporcionando à comunidade cursos que pudessem ser demandados pelo mercado de trabalho.

**TABELA 15**  
**Histórico dos cursos oferecidos pela ETF-SC**

Cursos	Década em que foi ofertado								
	10	20	30	40	50	60	70	80	90
Tipografia	X	X	X	X	X	-	-	-	-
Encadernação	X	X	X	X	X	-	-	-	-
Carpintaria	X	X	X	X	X	-	-	-	-
Escultura	X	X	X	-	-	-	-	-	-
Mecânica (Ferraria e Serraria )	X	X	X	-	-	-	-	-	-
Alfaiataria	-	X	X	X	X	-	-	-	-
Marcenaria	-	X	X	X	X	-	-	-	-
Mecânica ( serraria, fundição e outros)	-	X	X	-	-	-	-	-	-
Artes decorativas	-	X	X	-	-	-	-	-	-
Cerâmica	-	-	-	X	X	-	-	-	-
Serralheria	-	-	-	X	X	-	-	-	-
Fundição	-	-	-	X	X	X	-	-	-
Mecânico de Máquinas	-	-	-	X	X	-	-	-	-
Desenho técnico industrial	-	-	-	-	-	X	-	-	-
Técnico em Agrimensura	-	-	-	-	-	X	X	X	X
Técnico em Mecânica	-	-	-	-	-	X	X	X	X
Técnico em Eletromecânica	-	-	-	-	-	X	X	X	X
Técnico em Edificações	-	-	-	-	-	X	X	X	X
Técnico em Eletrotécnica	-	-	-	-	-	-	X	X	X
Técnico em Estradas	-	-	-	-	-	-	X	X	X
Técnico em Saneamento	-	-	-	-	-	-	-	X	X
Técnico em Eletrônica	-	-	-	-	-	-	-	X	X
Técnico em Telecomunicações	-	-	-	-	-	-	-	X	X
Técnico em Refrigeração e Ar cond.	-	-	-	-	-	-	-	X	X
Técnico em Segurança do Trabalho	-	-	-	-	-	-	-	-	X
Técnico em Têxtil	-	-	-	-	-	-	-	-	X
Técnico em Enfermagem	-	-	-	-	-	-	-	-	X
Técnico em Informática	-	-	-	-	-	-	-	-	X
Técnico em Hotelaria	-	-	-	-	-	-	-	-	X
Técnico em Radiografia Médica	-	-	-	-	-	-	-	-	X
Técnico em Turismo	-	-	-	-	-	-	-	-	X
Técnico em Automação Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-	X
Técnico em Equipamento Médico-Hosp.	-	-	-	-	-	-	-	-	X
Técnico em Sistema Microprocessado	-	-	-	-	-	-	-	-	X

Fonte da Informações: G.T.I, Gerência da Tecnologia de Informação-ETF/SC.

### 5.7 Os cursos técnicos oferecidos pela ETF-SC, no final do milênio

O sistema EFET/SC oferece à comunidade catarinense cursos técnicos na modalidade concomitantes e seqüenciais e cursos pós-técnicos. Pode freqüentar um curso concomitantes, o aluno que estiver cursando o Ensino Médio. Para o seqüencial, é pré-requisito a conclusão do Ensino Médio. Já os cursos pós-técnicos são destinados ao aluno que já concluiu um curso técnico de área afim.

Os cursos oferecidos na atualidade pela Escola Técnica Federal de Santa Catarina são:

<b>Cursos Técnicos ( modalidade concomitante)</b>	<b>Região</b>
Agrimensura	Florianópolis
Eletromecânica	Jaraguá do Sul
Refrigeração e Ar condicionado	São José
Têxtil	Jaraguá do Sul

<b>Cursos Técnicos ( concomitante e seqüencial )</b>	<b>Região</b>
Eletrotécnica	Florianópolis
Edificações	Florianópolis
Eletrônica	Florianópolis
Mecânica	Florianópolis
Saneamento	Florianópolis
Telecomunicações	São José

<b>Cursos Técnicos (seqüencial )</b>	<b>Região</b>
Automação e Controle em Refrig. E Ar Condicionado	São José
Enfermagem	Joinville
Estradas	Florianópolis
Hotelaria	Florianópolis
Informática	Florianópolis

Radiologia Médica	Florianópolis
Rede de Computadores	São José
Segurança do Trabalho	Florianópolis
Turismo	Florianópolis

### **Cursos Pós-técnicos**

### **Região**

Automação Industrial	Florianópolis
Equipamento Médico-Hospitalares	Florianópolis
Sistemas Microprocessados	Florianópolis

A procura por um curso técnico vem aumentando gradativamente em função da necessidade do jovem de se qualificar para entrar num mercado de trabalho altamente competitivo. A competitividade é enfrentada já antes de entrar no mercado de trabalho, como por exemplo o que nos mostra a tabela 16, a qual a relação candidato por vaga para o Exame de Classificação na ETF-SC é muito alta nos primeiros semestres de cada ano. A elevação nos índices se dá em função da grande massa estudantil que termina o primeiro grau e procura o curso técnico como opção de conclusão do Ensino Médio profissionalizante. Já para segundo semestre são maioria os reprovados no teste de seleção do primeiro semestre.

O crescimento do número de cursos oferecidos aliado à necessidade de profissionalização da mão-de-obra, faz com que haja um aumento na demanda por uma vaga na ETF-SC. Conforme a tabela 16, a relação candidato por vaga oferecida é em média 4/1 (quatro candidato disputando uma vaga) no ano de 1999, enquanto que em 1995 a relação era 3/1 (três por uma vaga). Isto nos mostra que a escola no seu quadro de oferta de cursos está acompanhando o aumento na demanda por curso técnico na ETF-SC.

Existem dois fenômenos a serem analisados: um deles está relacionado a um aumento de demanda de candidatos a procura de qualificação profissional: outro, no aumento da oferta de cursos profissionalizantes. Estes dois fenômenos são reflexo da

necessidade do mercado de trabalho, cada vez mais exigente na contratação de mão-de-obra e diversificado no que tange à incorporação de técnicas no âmbito da produtividade.

**TABELA 16**  
**ETF-SC – relação candidato por vaga ( 1995 a 1999)**  
**( cursos oferecidos na Unidade Sede)**

Exame	Total de vagas oferecidas	Total de candidatos	Média geral cand/vaga
95/1	512	1851	3,61
95/2	362	685	1,89
96/1	571	2444	4,28
96/2	726	845	1,16
97/1	847	2377	2,80
97/2	721	1232	1,70
98/1	886	3602	4,06
98/2	675	1950	2,88
99/1	989	4642	4,69
99/2	531	1487	2,80

FONTE: COPEC – Comissão Permanente do Exame de Classificação

O Núcleo Comum é o mais procurados pelos candidatos (tabela 17) por não ser um curso técnico, mas sim , um curso direcionado a todos alunos que terminam o primeiro grau e que queiram iniciar suas atividades estudantis no Ensino Médio profissionalizante. Há vagas para a terceira fase dos cursos concomitantes destinado ao alunos que já têm a primeira ou todo o Ensino Médio concluído.

Os cursos sequenciais são os cursos com maior número de oferta de vagas ( tabela 17). O aumento considerável na oferta se dá pela necessidade de qualificação da mão-de-obra já atuante e empregada. Neste contexto é possível resgatar o conceito de educação permanente, citado neste trabalho no Capítulo III, segundo o qual à educação e

é atribuída a qualificação da mão-de-obra atuante no mercado de trabalho, sendo ela uma extensão da qualificação profissional.

**TABELA 17**

**ETF-SC – distribuição das vagas oferecidas (1995 a1999)**

( Vagas ofertadas nas unidades de Jaraguá do Sul, Joinville e Florianópolis )

Exame	1° fase do Núcleo Comum (Fpolis)	3° fase de todos os cursos concom. ( Fpolis)	1° fase do Núcleo comum (Jaraguá do Sul)	3° fase de todos os cursos concom. (Jaraguá do Sul)	Todos os Cursos sequenc. (Fpolis)	Curso sequenc. (Joinville)	Curso Pós- técnico (Fpolis)	Total
95/1	<b>350</b>	100	-	-	<b>30</b>	32	-	512
95/2	<b>200</b>	100	-	-	<b>30</b>	32	-	362
96/1	<b>330</b>	115	64	32	<b>30</b>	-	-	571
96/2	<b>395</b>	239	-	-	<b>64</b>	28	-	726
97/1	<b>510</b>	115	40	58	<b>96</b>	28	-	847
97/2	<b>330</b>	155	-	96	<b>112</b>	28	-	721
98/1	<b>446</b>	75	-	86	<b>238</b>	25	16	886
98/2	<b>234</b>	70	-	109	<b>202</b>	28	32	675
99/1	<b>208</b>	80	-	112	<b>255</b>	28	66	989
99/2	-	124	-	112	<b>197</b>	28	70	531

FONTE: COPEC – Comissão Permanente do Exame de Classificação.

Os cursos que se destacam em quantidade demandada são: Informática, Enfermagem, Eletrônica (seq), Eletromecânica, Segurança do Trabalho e Eletrotécnica ( tabela 18).



**TABELA 18**  
**Demanda por curso no período de 1996 a 1999**

( cursos oferecidos nas unidades de Joinville, Jaraguá do Sul e Florianópolis)

Cursos Técnico	Período							
	96/1	96/2	97/1	97/2	98/1	98/2	99/1	99/2
Mecânica	126	20	59	31	97	18	101	40
Eletrônica	77	11	67	-	-	-	-	51
<b>Eletrotécnica</b>	<b>168</b>	<b>47</b>	<b>71</b>	<b>55</b>	<b>104</b>	<b>72</b>	<b>152</b>	<b>34</b>
Edificações	248	32	89	58	57	15	74	19
Agrimensura	18	10	17	16	40	29	25	18
Saneamento	69	4	27	6	45	11	55	17
<b>Eletromecânica</b>	-	-	-	<b>65</b>	<b>119</b>	<b>129</b>	<b>210</b>	<b>147</b>
Têxtil	-	-	-	46	64	67	87	72
Eletrotécnica (seq)	-	-	23	51	76	41	-	56
<b>Eletrônica (seq)</b>	-	<b>53</b>	<b>69</b>	<b>72</b>	<b>129</b>	<b>81</b>	<b>177</b>	<b>119</b>
Mecânica (seq)	-	-	-	-	18	15	44	49
Saneamento (seq)	-	-	-	-	17	27	31	49
<b>Informática</b>	-	-	-	<b>149</b>	<b>238</b>	<b>247</b>	<b>252</b>	<b>250</b>
Edificações (seq)	-	-	-	-	51	43	84	73
<b>Segurança do trabalho</b>	<b>99</b>	<b>98</b>	<b>101</b>	<b>118</b>	<b>17</b>	<b>91</b>	<b>124</b>	<b>132</b>
<b>Enfermagem</b>	<b>48</b>	-	-	<b>139</b>	<b>167</b>	<b>167</b>	<b>251</b>	<b>295</b>
Automação industrial (eletrônica)	-	-	-	-	-	10	34	23
Automação industrial (mecânica)	-	-	-	-	-	10	24	11
Sistemas Microprocessados	-	-	-	-	-	-	13	12
Especialização em Saúde e								
Segurança do Trabalho	-	-	-	-	-	-	-	20
Processamento de dados	-	93	191	-	-	-	-	-
Turismo	-	-	-	-	145	-	218	-
Equipamento Médico Hosp.	-	-	-	-	18	335	19	-

FONTE: COPEC – Comissão Permanente do Exame de Classificação.

OBS.: os cursos sem informação apresentam dois problemas: número de inscrições insuficientes para abertura de turmas e cursos não implantados no período pesquisados.

Portanto, o setor terciário é o mais requisitado para a formação técnica de mão-de-obra. Conforme a na tabela 19, foi o setor que mais contratou mão-de-obra.

O nível de emprego formal em Santa Catarina sofreu uma queda de 4,54% desde julho de 1994, início do Plano Real, até julho do ano de 1999, o equivale à desativação de 40.685 empregos. De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e

Desempregados – CAGED houve 1.803.795 admissões e 1.844.480 desligamentos no período, ( tabela 19).

**TABELA 19**

**Flutuação do emprego formal por setor econômico em Santa Catarina**

**Período: Plano Real (julho/94 a julho/99)**

SETOR ECONÔMICO	TOTAL ADM.	TOTAL DESL.	SALDO	VARIAÇÃO EMPR. %
Extrativa Mineral	9.607	10.372	-765	-14,37
Ind. Transformação	603.750	641.798	-38.048	-10,28
Serviço Ind. Utilidade Pública	7.070	10.388	-3.318	-19,40
Construção Civil	125.179	129.278	-4.099	-8,99
Comércio	375.502	374.595	907	0,59
Serviços	566.530	557.484	9.046	3,66
Administração Pública	27.613	25.382	2.231	9,78
Agropecuária	84.343	90.987	-6.644	-19,80
Outros	4.201	4.196	5	0,63
<b>TOTAL</b>	<b>1.803.795</b>	<b>1.844.480</b>	<b>-40.685</b>	<b>-4,54</b>

FONTE: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Lei 4923/65.

ELABORAÇÃO: Setor de Informação e Análise do Mercado de Trabalho – SINE/SC.

A indústria de transformação reduziu a mão-de-obra empregada em mais de 10% eliminando 38.048 postos de trabalho. O subsetor têxtil/vestuário respondeu pelo fechamento de 12.281 vagas, quase a Terça parte de todos empregos industriais desativados no período. O setor de serviços, ainda que tivesse apresentado um considerável dinamismo na geração de empregos não compensou as vagas perdidas no setor industrial (com expansão de 3,66%, possibilitou a abertura de apenas 9.046 vagas). Em termos percentuais o setor que mais demitiu mão-de-obra foi o setor agropecuário, aliado ao descaso de um modo geral do governo, provocando uma elevação do êxodo rural e a favelização das periferias dos grandes centros urbanos, um exemplo é a favelização da via expressa em Florianópolis.

Na tabela 20, é possível constatar o quadro evolutivo do desenvolvimento do estado de Santa Catarina comparando-o com os cursos oferecidos pela ETF-SC.

TABELA 20

**Setores dominantes na economia e cursos ofertados pela ETF-SC nas  
décadas de 1910 a 1999**

Década de 10 a 40	Década de 40 a 60	Década de 60 a 80	Década de 80 a 90
<b>Cursos Oferecidos:</b> Tipografia Encadernação Carpintaria Esculturas Mecânica Alfaiataria Marcenaria Artes decorat. Cerâmica Serralheria Fundição	<b>Cursos Oferecidos:</b> Tipografia Encadernação Carpintaria Esculturas Mecânica Alfaiataria Marcenaria Artes decorativas Cerâmica Serralheria Fundição Mecânico/Maq. Desenho técnico Ind. Técnico/ Agrimensura Técnico/Mecânica Técnico/Eletromec. Técnico/Edificações	<b>Cursos oferecidos:</b> Fundição Mecânico de Maquinas Desenho técnico Ind. Técnico/ Agrimensura Técnico/Mecânica Técnico/Eletromecânica Técnico/Edificações Técnico/Eletrotécnica Técnico/Estradas Técnico/Saneamento Técnico/Eletrônica Técnico/Telecomunic. Técnico/Refr. Ar cond.	<b>Cursos oferecidos:</b> Técnico/ Agrimensura Técnico/Mecânica Técnico/Eletromecânica Técnico/Edificações Técnico/Eletrotécnica Técnico/Estradas Técnico/Saneamento Técnico/Eletrônica Técnico/Telecomunic. Técnico/Refr. Ar cond. Técnico/Enfermagem Técnico/Informática Técnico/Hotelaria Técnico/Radiografia Med. Técnico/Turismo Técnico/Automação Ind. Técnico/Equip.Médico-Hop. Técnico/Sist. Microproc.
<b>Setores dominantes:</b> Agrícola e Industrias Tradicionais: - Têxtil - Alimentar - Madeira - Erva-Mate - Carvão - café - soja - milho - Pesca ( Baleia) - Farinha - Transporte ( estrada de ferro)	<b>Setores dominantes:</b> Industrias Tradicionais: - Têxtil - Madeira - Mobiliário - Vestuário, calç. Teci. - Editorial e gráfica - Minerais não-metálicos - Papel e papelão - Borracha - Química - Mecânica - Metalúrgica - Imobiliário	<b>Setores dominantes:</b> Industrias Trad. Dinâmicas: - Têxtil - Minerais não-metálicos - Metalúrgica - Mecânica - Mat.elétrico e de comunic. - Material de Transporte - Madeira - Mobiliário - Papel e Papelão - Química - Materiais Plásticos - Vestuário, calçados. Tecidos - Produtos Alimentares - Fumo - Bebida - Transporte (const. Da BR101) - Construção civil - Administração Pública - Agricultura, Silvicultura , etc. - Comércio - Cerâmica	<b>Setores dominantes:</b> Industriais Dinâm. (tercearização): - Têxtil - Minerais não-metálicos - Metalúrgica - Mecânica - Mat.elétrico e de comunic. - Madeira - Mobiliário - Papel e Papelão - Química - Materiais Plásticos - Vestuário, calçados . Tecidos - Produtos Alimentares - Fumo - Bebida - Construção civil - Administração Pública - Agricultura, Silvicultura, etc, - Comércio - Turismo - Informática - Cerâmica

Fontes: ETF-SC (Pesquisa Direta) e Cunha (1992).

Durante quase um século de atividades, a ETF-SC enfrentou grandes acontecimentos políticos e econômicos (tabela 20). É possível observar quatro períodos de alta dominância no setor econômico: o início do século que passou por um período dominado pelo setor agrícola e indústrias tradicionais e foi caracterizado por grandes tensões ocasionadas por duas grandes guerras mundiais e a depressão de 1929 (o período que já apresentava como setor dominante as indústrias tradicionais); a diversificação no ramo industrial em função do processo de substituição das importações de bens de consumo duráveis na década de 40 e 60, no período em que as indústrias tradicionais passaram a se tornar indústrias de caráter dinâmico; a retomada do desenvolvimento e um grande impulso da industrialização na década de 60 e 80; período dominante das indústrias dinâmicas que começaram a dar lugar a uma nova concepção - a tercearização, nas décadas de 80 e 90. É neste contexto econômico que a ETF-SC contribuiu para o desenvolvimento oferecendo cursos profissionalizantes com grande aceitação no mercado de trabalho

Ao considerar a tabela 21, que trata da oferta de estágios como sendo a necessidade do mercado de se contratar mão-de-obra especializada e matrícula de estágio como sendo alunos a procura de emprego, pode-se constatar que de maneira geral o mercado está demandando os alunos formados pela ETF-SC. Em alguns casos, como o do Curso Técnico de Mecânica que no ano de 1998 ofertou apenas 63 alunos para o mercado de trabalho, enquanto que o mercado estava necessitando de 107 alunos, ocorreu uma maior oferta. Também pode ocorrer maior oferta de mão-de-obra, por exemplo, como o curso técnico de Segurança do Trabalho, o qual ofertou 108 alunos em 1998, e o mercado apenas demandou 14.

Mas de uma maneira geral, em função do país estar passando por uma fase econômica recessiva, apoiado numa política monetarista, com altos índices de instabilidade no mercado em função dos juros altos e da falta de crédito, o mercado não se expande e por isso não contrata. Pelo contrário, o mercado está mais dispensando do que contratando mão-de-obra. Portanto, diante desta crise, o mercado ainda está absorvendo de forma restringida a mão-de-obra ofertada pela ETF-SC.

**TABELA 21**  
**Demanda por mão-de-obra qualificada**

Cursos	Matrícula de estágio			Oferta de estágio (via-SIE-E)		
	97	98	99/1	97	98	99
Mecânica	107	63	41	102	107	50
Eletrotécnica	128	152	54	81	96	37
Edificações	127	103	52	74	86	75
Agrimensura	26	28	20	31	43	10
Saneamento	31	44	12	22	15	13
Eletrônica	68	149	58	112	117	57
Informática	07	18	-	17	40	-
Turismo		3	-	-	-	-
Eletromecânica	48	21	-	-	01	-
Seg. Trabalho	75	108	55	3	14	08
Radio. Médica	-	-	-	-	-	-
Enfermagem	48	63	-	-	-	-
Esp. Saúde Seg.	-	30	-	-	-	-
Equip.Méd.Hosp.	-	03	-	-	-	-
Sist. Microproc.	-	04	-	-	-	-

FONTE: SIE-E: Serviço de Integração Escola-Empresa, levantado por Sérgio dos Santos Souza

Diante do contexto econômico dos três últimos anos (tabela 21), é possível destacar que apesar das restrições orçamentárias executados pelo Governo em relação à educação, a ETF-SC vem se sobressaindo na formação técnica profissional estando no cumprimento de seu objetivo que é formar mão-de-obra profissionalizante para o mercado de trabalho.

## CAPÍTULO VI

### CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

#### 6.1 Conclusão

Este trabalho procurou analisar o sistema educacional profissionalizante relacionando com o mercado de trabalho. Procurou-se chamar a atenção para a necessidade de se ampliar a educação técnica e de boa qualidade para todos.

Os problemas da educação são problemas da sociedade. Deve-se pensar em novos caminhos para o Governo que garantam à sociedade a redução das desigualdades e a eliminação da miséria. Portanto, a educação obtém um importante papel no desenvolvimento econômico e sociais de um país.

Quanto ao comportamento da educação no mercado de trabalho, podemos ressaltar o estreitamento e uma dependência no processo de desenvolvimento econômico, pois a apropriação da educação equivale a geração de empregos e aumento de produtividade, o qual é parte de um processo globalizante de mercadorias aliado ao capital.

Nota-se que a apropriação da educação, no caso um ensino profissionalizante, gera uma expectativa de mão-de-obra a ser absorvida por um mercado altamente competitivo e promissor. A busca do conhecimento obtém patamares ilimitados, o que demonstra que o sistema capitalista é um grande insumidor dos conhecimentos adquiridos, atraindo jovens iniciantes no mercado de trabalho e adultos empregados.

Nas décadas de 1960 e 1970 o país deu um salto qualitativo na montagem de seu parque industrial, em especial Santa Catarina, que caracterizou-se por um intenso processo de modernização e concentração, especialmente nas indústrias tradicionais dinâmicas. Neste final de século, com a implantação do MERCOSUL, Santa Catarina está moldando sua estrutura produtiva ao novo espaço econômico e deverá se tornar um

mercado promissor em capacidade produtiva e gerador de empregos fazendo parte das economias do mundo globalizado.

A exigência cada vez maior do mercado de trabalho faz com que haja um aumento na procura de cursos técnicos profissionalizantes.

Os cursos técnicos profissionalizantes ministrados pela Escola Técnica Federal de Santa Catarina, de um modo geral, tiveram êxito em toda a sua história, pois sempre tiveram ligações profundas com o desenvolvimento econômico e com o mercado de trabalho, apesar das peculiaridades econômicas de cada setor. Se a quantidade de alunos formados para o mercado de trabalho era o suficiente não foi levantado. Com base neste trabalho, conclui-se que as três variáveis – mercado de trabalho, desenvolvimento econômico e educação - são inseparáveis no processo de desenvolvimento econômico de um país.

## **6.2 Recomendações**

O tema proposto para este trabalho é um dos mais discutidos em todas as entidades intelectuais do mundo; sua discussão é repleta de conhecimentos teóricos e técnicos que envolvem pessoas com o mais alto grau de conhecimento.

O presente trabalho foi elaborado para o enfoque acadêmico de graduação em Ciências Econômicas e devido a sua grande complexidade sugere-se um amplo estudo sobre o tema levantado para que se possa conceituar ainda mais as grandes relações existentes entre desenvolvimento econômico, educação e mercado de trabalho.

### III – BIBLIOGRAFIA

ANÁLISE CONJUNTURAL DE SANTA CATARINA; **Desempenho Industrial Acumulado 1981-1989**. Florianópolis, v.5,n.10,p.1-68,jul/dez.1989.

BASTOS, João Augusto de Souza Leão de Almeida. **A educação técnico-profissional**. Brasília, SEMETE, 1991.

CAMARGO, José Márcio. **Flexibilidade do Mercado de Trabalho**. Rio de Janeiro, ed. Getulio Vargas, 1996.

CAMPOS, Raymundo Carlos Bandeira. **História do Brasil**. São Paulo, Atual, 1983.

CENTRO DE ASSISTÊNCIA GERENCIA DE SANTA CATARINA; **Evolução histórico econômico de Santa Catarina; Estudos das Alterações Estruturais (século XVII-1960)**. Florianópolis, CEAG,SC, 1980.

CUNHA, Idaulo José. **A indústria catarinense rumo a um novo milênio**. Florianópolis, Paralelo 27,1996.

CUNHA, Idaulo José. **O Salto da Indústria Catarinense, um exemplo para o Brasil**. Florianópolis, Paralelo 27,1992.

DELFIN NETTO, Antônio. **Planejamento para o Desenvolvimento**. Ed. São Paulo S.A 1966.

EDUCAÇÃO E SOCIEDADE; **Centro de Estudos de Educação e Sociedade CEDES**, Campinas. ed. Papirus,1993.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. 4. ed. São Paulo, Cortez, 1993.



FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo, 2. ed. Nova Cultural, 1986.

FUTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento; enfoque interdisciplinar**. São Paulo, Nacional, 1980.

GADOTTI, Moacir. **Educação e Compromisso**. São Paulo, ed. Papirus, 1995.

HAGEN, Everett E. **Economia do Desenvolvimento**. São Paulo, Atlas, 1971. 2 v.

MACHADO, Lia Zanotta. **Estado, Escola e Ideologia**. São Paulo, Brasiliense, 1987.

MARX, Karl. **O Capital; Crítica da Economia Política**, Livro 1- O processo de Produção do Capital. v. II. São Paulo, Ed. Bertrand Brasil, DIFEL.1987.

OFFE, Claus. **Capitalismo Desorganizado**. São Paulo, Brasiliense, 1985.

PAIVA, Henrique Vanildo. **Educação Permanente e Capitalismo Tardio**. São Paulo, Cortez. 1983.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Crise Econômica e reforma do Estado do Brasil, para uma nova interpretação da América Latina**. São Paulo, Ed.34, 1996.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Desenvolvimento e Crise no Brasil 1930-1983**. São Paulo, Brasiliense, 1985.

PERSPECTIVA. **Trabalho e Educação numa Sociedade em Mudança**. Florianópolis, Editora da UFSC, ano 10, n.18, ago/dez. de 1992.

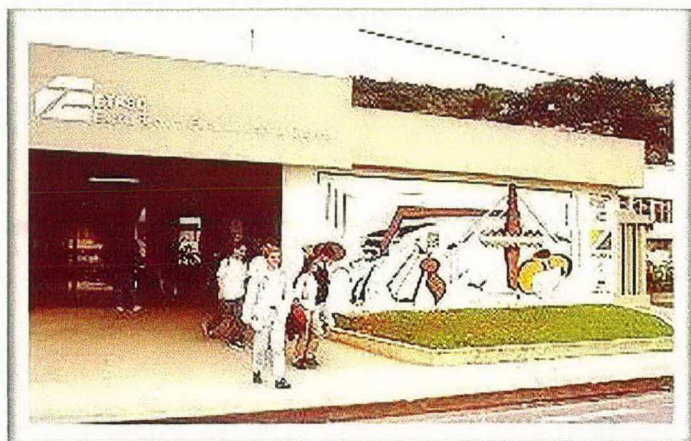
SCALZARETTO, Reinaldo. **Geografia Geral; Nova Geopolítica**. São Paulo, Scipione, 1993.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo, Abril cultural, 1982, ( Coleção: Os Economistas).

SILVA, Reinaldo Pereira E. **O mercado de trabalho humano**; a globalização econômicas, as políticas neoliberais e flexibilidade dos direitos sociais no Brasil. São Paulo, Ltr,1998

SINGER, Paul. **A Crise do “Milagre”**.7. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

# ANEXOS



Escola Técnica Federal de SC



Foto. Valeska Bernardo

UnED Jaraguá do Sul



Foto. Valeska Bernardo

UnED São José